



ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

# O marketing ao serviço das causas sociais



DAMAIA  
Casal Popular continua o sonho há 41 anos



CHAVIÃES  
Resposta às necessidades passa por um Centro de Noite



CRESPOS  
É necessário apoiar mais as famílias dos idosos

PROTOCOLO

# CNIS assina novo CCT com a FSUGT

CNIS

# Novo Contrato Coletivo de Trabalho assinado com a FSUGT

A CNIS assinou com a Frente Sindical da UGT para a Educação (FSUGT) um novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), que introduz algumas alterações ao atualmente vigente e que data de 2008.

“É um contrato muito semelhante ao que foi celebrado em 2015 com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), com algumas alterações pontuais”, começou por dizer Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS e um dos subscritores do documento, acrescentando: “Significa que a CNIS mantém a estratégia que tem tido de, quer com a UGT, quer com a CGTP, manter uma unidade de regulação das relações laborais. E foi muito importante na perspetiva de que a FSUGT veio acolher as propostas que no passado haviam sido subscritas pela FNSTFPS, com algumas alterações que decorreram também um pouco das circunstâncias”.

Para o negociador da CNIS, as alterações introduzidas, relativamente ao CCT publicado em 2008, têm “um significado simbólico importante, porque representa a adesão da Federação Nacional de Sindicatos da Educação da UGT à proposta da CNIS para a tentativa de aproximação das carreiras de educação de infância às carreiras comuns da Tabela A”.

O ato formal decorreu na sede da CNIS, tendo ainda assinado pela CNIS Macário Correia e João Carlos Dias, enquanto pela frente sindical colocaram a chancela no documento José Ricardo (FNE), José Abraão (SINTAP) e António Santos (SITESE).

Henrique Rodrigues explicou, ao SOLIDARIEDADE, as principais alterações que o documento assinado a 9 de março introduz:

– “O subsídio de refeição passa para 3 euros diários, embora isto tenha pouco impacto na vida concreta das instituições, uma vez que na maior parte dos casos, e nos termos do próprio contrato, a refeição é dada em espécie. Portanto, isto só funciona para os casos em que as instituições optam pagar sob a forma de subsídio, e não de refeição, o direito do trabalhador à alimentação”;

– “No contrato publicado em Agosto de 2015 estava previsto, relativamente ao pessoal docente, a suspensão da contagem do tempo de serviço durante dois anos ou mais, se o Estado mantivesse o congelamento da progressão das carreiras. Ora, o primeiro-ministro já anunciou que a partir de 2018 descongela a progressão das carreiras no Estado, portanto não vale a pena apontar para um cenário futuro que já não existe. Assim, ficou o congelamento por dois anos que já vai até 2018, a data

marcada pelo Governo”;

– “Houve uma proposta muito interessante da UGT, que foi assumida neste contrato coletivo que tem que ver com a retribuição dos lugares de direção técnica e direção pedagógica. A CNIS está empenhada, e o contrato de Agosto 2015 já traduz esse empenhamento, em estabelecer uma paridade no estatuto remuneratório das direções técnica e pedagógica. Isto é, a CNIS entende que não há nenhuma razão de substância para que um diretor técnico de uma resposta social seja, por essas funções, remunerado de forma menos favorável do que um diretor pedagógico de um estabelecimento de educação pré-escolar. No contrato de 2015 já se conseguiu isso, reduzindo a gratificação de chefia da direção pedagógica de mais de 240 euros para 80, que corresponde, mais ou menos, ao que era a diferença de escalões dos níveis superiores da Tabela A, ou seja, a retribuição até ali paga pelas funções de direção técnica na resposta social que não o pré-escolar. A UGT fez-nos uma proposta que achamos interessante e que parte do pressuposto de que não é muito justo retribuir de igual forma a direção técnica de um estabelecimento com 50 utentes ou com 150 utentes, ou a direção pedagógica de um jardim-de-infância com três

salas ou com sete salas, a retribuição do exercício de funções de chefia a quem tem só uma resposta social a seu cargo ou é diretor-técnico de várias respostas sociais. Portanto, de acordo com essa proposta construímos um modelo em escada, em que vai aumentando o valor da gratificação, que vai de 80 a 160 euros, consoante a dimensão da resposta social e o nível de acumulação de responsabilidades dos diretores pedagógicos e técnicos. Mantivemos a paridade, isto é, quer a dimensão quer a responsabilidade pela dupla direção técnica é igual seja em jardim-de-infância seja nas outras respostas sociais. Cessou o tratamento privilegiado que tinha antes a direção pedagógica num estabelecimento de educação pré-escolar e o nível de pagamento do exercício de funções de chefia é igual. O que é inovador neste contrato é que em vez de ser um valor unitário para premiar o exercício de funções de chefia, ele varia consoante a responsabilidade e a dimensão. Devo dizer que já falámos com a FNSTFPS propondo que, quando puder ser revisto o contrato de 2015, e sê-lo-á em junho – 10 meses após a publicação –, iremos introduzir nele essas modificações, porque elas vão no sentido de favorecer os trabalhadores e correspondem a um sentimento de justiça”.

## Qualidade, formação e inovação

JOSÉ LEIRIÃO / CNIS / [jleiriao@zonmail.pt](mailto:jleiriao@zonmail.pt)

**Qual a imagem das nossas Instituições perante a opinião pública, Estado, Autarquias, Empresas e Instituições em geral?**

É fácil responder a esta pergunta, dado toda a sociedade e os poderes públicos e privados reconhecerem o trabalho extraordinário realizado pelas instituições de solidariedade social, nos mais variados aspectos e campos da sua actuação, que são muito vastos, e os resultados extremamente positivos, sempre com o foco no exercício da solidariedade e de nunca deixar ninguém para trás.

**Será que é necessário fazer mais e melhor?**

Certamente que sim, todos os dias as Instituições lutam com determinação, ambição e lucidez, enfrentando tempos muito difíceis e fazendo o bem, cada vez melhor.

**A realidade do ambiente económico e social em Portugal:**

Em Portugal, a realidade social é muito complexa tendo-se agravado a partir de 2007 e mais acentuadamente a partir de 2011 em resultado das políticas de austeridade.

Podemos caracterizar a situação desde os últimos cinco anos, por um crescimento económico que foi negativo, nulo e agora positivo mas muito ténue; o aumento da pobreza com efeitos dramáticos ao nível das crianças, juventude e idosos; a redução do mercado de emprego e conseqüente o aumento do desemprego e das pessoas que simplesmente deixaram de procurar emprego estimando-se que no total sejam mais de um milhão e cem mil, e agravado ainda pelo facto de existir uma elevada lacuna entre as qualificações procuradas pelas empresas e instituições e as qualificações oferecidas pelos desempregados; redução das despesas públicas; menos disponibilidades financeiras do Estado para o sector social; aumento do endividamento do Estado, das famílias, instituições e empresas; redução do consumo embora se verifique ligeiro aumento nos últimos dois anos; redução do investimento e da criação de emprego conduzindo a emigração crescente.

Este é um cenário, muito difícil, que as IPSS tem de enfrentar todos os dias. O



Estado, as Instituições e as Entidades privadas tem hoje uma responsabilidade social acrescida e mais exigente. As IPSS tem de assumir, ainda mais, a sua importância não só nos aspectos da protecção e acção social, mas também o seu peso na economia nacional, e a oportunidade de serem actores, ainda mais influentes, na definição das políticas públicas dirigidas ao sector social.

No entanto, existem alguns sectores que tem uma opinião algo ambígua em relação à gestão nas IPSS, há cerca de três semanas estando a representar a CNIS numa organização em que estavam representadas 37 organizações, alguém com elevadas responsabilidades na Fundação criada por uma das maiores empresas portuguesas, a qual participa activamente no apoio a projectos do sector social, disse que se trata de um “sector com pouca formação e que não inova”.

Com efeito, as IPSS continuam a ser desafiadas a apresentarem provas dadas da execução das suas actividades com qualidade, de forma consolidada e sustentável, e a assumir o velho ditado “não basta sê-lo é preciso parecê-lo”. A opinião que referi atrás, vem exactamente no sentido de que não basta fazer o bem bem feito, é preciso demonstrar a existência de instrumentos que conduzam a tais resultados.

Na minha opinião, estes instrumentos são exactamente: a **Qualidade** (demonstrada através da certificação em Normas de Gestão da Qualidade e participação dos utentes e colaboradores); a **Formação** (demonstrada através de planos de formação diversificada englobando todos os colaboradores e dirigentes da Instituição); a **Inovação** (demonstrada por sessões internas de análise crítica às actividades e procura de inovação e melhorias contínuas nos processos e respostas das várias valências de prestação de serviços, e participação activa em sessões externas sobre temas de inovação social).

A CNIS, através de várias sessões levadas a efeito pelo país, tem informado e motivado as Instituições a candidatarem-se a apoios financeiros, no âmbito do Portugal 2020, de forma a aumentar a sua capacitação e assim demonstrarem inequivocamente, aos mais variados sectores e sociedade em geral, que utilizam instrumentos técnicos de reconhecida eficácia e eficiência na condução da gestão das Instituições.

# Nos 40 anos da Constituição

Padre Lino Maia/Presidente da CNIS

1. Cumprem-se, agora, os 40 anos da Constituição da República Portuguesa. Foi redigida pela Assembleia Constituinte, eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres no país, em 25 de Abril de 1975, no 1.º aniversário da “Revolução dos Cravos”. Os seus deputados deram os trabalhos por concluídos em 2 de Abril de 1976, tendo a Constituição entrado em vigor no muito simbólico dia 25 do mesmo mês.

Aprovada em tempos em que tudo ainda parecia possível, a Constituição “correspondia aos mais profundos anseios do povo português e consagrava as transformações revolucionárias operadas no decorrer do processo revolucionário”.

Na sua origem, tinha forte pendor socializante, arrefecido, porém, nas sucessivas revisões constitucionais que adequaram Portugal aos princípios da economia de mercado, vigentes no Velho Continente.

Com as sete revisões, até ao momento, a Constituição de 1976 é a mais longa constituição portuguesa que alguma vez entrou em vigor!

Entre os seus dirigentes, a CNIS orgulha-se de ter um dos “pais da Constituição” - o atual tesoureiro, que foi deputado constituinte. Porém, muitos outros constituintes, muitos parlamentares e muitos outros servidores da causa pública, nos mais diversos órgãos da administração e dos serviços públicos, vêm dedicando muito do seu tempo, do seu engenho e da sua arte à causa da solidariedade social. Para além de muitas e de muitos que do anonimato fazem questão e do serviço missão. Seja como dirigentes, como colaboradores ou como apoiantes. Uns inebriados ainda pelo perfume dos “cravos vermelhos” e outros (todos) pela glória do serviço à pessoa toda e a todas as pessoas ...

2. É no Capítulo II do Título III da Constituição atinente aos Direitos e deveres económicos, sociais e culturais, que são consagrados os “direitos de todos”, que o Jornal Público recorda no seu editorial da edição comemorativa dos 40 anos de “direitos, utopias e fragilidades”:

- Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade;

- Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo;

- Todos têm direito à liberdade e à segurança;

- Todos têm direito ao trabalho;

- Todos têm direito à segurança social;

- Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover;

- Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar;

- Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender;

- Todos têm direito à educação e à cultura;

- Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar;

- Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever



de preservar, defender e valorizar o património cultural;

- Todos têm direito à cultura física e ao desporto...

Direitos de todos que são inequivocamente direitos fundamentais. E, quase todos, direitos que exigem do Estado comportamentos positivos, passando a estar o conteúdo desses direitos dependente das opções políticas que o Estado siga para a afetação dos seus limitados recursos. E estes dão expressão ao que costuma designar-se por “constituição social”, no sentido de ordem constitucional dos direitos e prestações sociais, conforme ao Estado social assim qualificado no artigo 2.º da Constituição.

Não basta para esta geração de direitos a sua proclamação formal, mas cabe ao Estado criar condições objetivas para a sua efetivação prática.

3. Os direitos de todos são direitos fundamentais e estão enunciados na Constituição.

No seu art.º 82º, a Constituição da República reconhece a coexistência de três setores no que toca à propriedade dos meios de produção: o sector público, o sector privado e o sector cooperativo e social. E no seu art.º 63º, 5, reconhece a existência das Instituições Particulares de Solidariedade Social, enquanto entidades de interesse público sem carácter lucrativo, com competências próprias e originárias.

Como diz a Constituição, as competências das IPSS, são próprias e constituem serviço público. Por isso mesmo, sem serem públicas, as IPSS são de utilidade pública.

No que a esta “causa” diz respeito, os comportamentos positivos do Estado serão certamente o de enquadrar o conteúdo desses direitos de todos em opções políticas, afetar os necessários recursos e confirmar que os direitos sejam direitos de todos.

Sem se comprometerem com a universalização dos direitos sociais mas disponibilizando-se em participar nas opções políticas, apesar das suas dificuldades (mais do que de fragilidades), as IPSS muito e muito bem contribuem para que os direitos de todos não sejam mera utopia e cheguem a muitos.

Mas sempre na expectativa de que o Estado não se demita das suas funções e obrigações.

A bem da Constituição de Abril...



# Louvor unânime à equipa da CNIS

A primeira Assembleia Geral (AG) do ano, que decorreu em Fátima no dia 12 de março, teve como ponto alto o louvor a toda a equipa da CNIS (Direção e colaboradores) pelo trabalho realizado em 2015. O voto foi proposto pelo Conselho Fiscal no parecer sobre as Contas de 2015 e recebeu o voto unânime das associadas presentes na Reunião Magna, tal como acontecera momentos antes com a votação do Relatório de Atividades e das Contas de 2015.

A situação seria normal caso as Contas relativas ao ano transato não apresentassem um saldo negativo de 112.225 euros, mas o mesmo foi devidamente justificado pela Direção e entendido pelos associados. É que o ano de 2015 foi perfeitamente anormal em termos de funcionamento da CNIS, pois, como sustentou o tesoureiro Eleutério Alves, “todos os gastos com pessoal foram imputados ao orçamento da CNIS”, em virtude de ter sido um ano atípico em termos de programas financiados que habitualmente asseguram grande parte dos custos de funcionamento com pessoal.

A esse propósito, Eleutério Alves relembrou que em 2014 os gastos com pessoal foram da ordem dos 20 mil euros, enquanto no ano passado se fixaram nos 131 mil euros. A isto acresce, a rubrica Correção Relativa a Períodos Anteriores no valor de 65.667 euros, respeitantes ao ano de 2009.

Nota ainda para o facto de a dívida das instituições à CNIS, em termos de quotas, se fixar nos 76.020 euros, relativos aos anos de 2011 a 2015.

Por tudo isto, o Conselho Fiscal, pela voz do seu presidente Lacerda Pais, propôs um voto de louvor a toda a equipa da CNIS pela boa gestão desenvolvida pela Confederação.

Tal como o louvor proposto pelo Conselho Fiscal como as Contas de 2015, também o Relatório de Atividades recolheu o voto unânime dos associados presentes na AG, em Fátima.

Antes, na sua apresentação, o diretor-executivo da CNIS recordou algumas das ações mais preponderantes da CNIS no ano de 2015, com destaque para o item Quadro Comunitário, que “trouxe como prenda uma plataforma que não funciona” e “teve um impacto complexo” na vida da Confederação, pois “grande parte da atividade da CNIS é feita com base nas candidaturas a programas”.

Nesse sentido, João Dias sublinhou o facto de, apesar dos constrangimentos.

“Desenvolvemos toda a atividade prevista e ainda mais, criámos o Gabinete de Apoio Técnico e estendemos a sua ação ao apoio às instituições. O apoio financeiro não chegou como nos anos anteriores, mas conseguimos, apesar da preocupação e dificuldade que constituíu”, lamentou João Dias.

O Estudo realizado em quatro concelhos

e que concluiu que em média 1 euro nas IPSS representa 2,46 euros, o pacto social solidário, a questão dos refugiados, a nova equipa dirigentes e a nova sede, os novos estatutos, os governos – “começámos o ano com um Governo e acabámos com outro”, lembrou João Dias –, as presidenciais e o novo Contrato Coletivo de Trabalho, foram alguns dos assuntos que preencheram a atividade da Confederação em 2015 e que o diretor-executivo destacou, numa apresentação que privilegiou a apreciação qualitativa em relação a uma quantificação das ações, “que permite perceber melhor o Relatório de Atividades de 2015”.

A propósito da Contratação Coletiva, João Dias deixou uma ideia que mais à frente na reunião foi recuperada e reforçada pelo presidente da CNIS.

Apelando à releitura do Editorial do padre Lino Maia, publicado no SOLIDARIEDADE de Novembro de 2015, João Dias referiu a propósito do novo CCT, que “é um sinal de empenhamento e respeito para com os colaboradores das instituições”.

No entanto, “tem que ser acompanhado pela Cooperação, pois de 2009 a 2015 não houve atualização salarial e esta era uma preocupação”, sustentou o diretor-executivo da CNIS, sublinhando: “A solidariedade não pode estar assente na injustiça salarial”.

Mais à frente, o padre Lino Maia retomou a questão para invocar a necessidade de as instituições serem bafejadas pela Cooperação a fim de terem condições para assegurar salários dignos aos seus trabalhadores.

“É um facto que quando temos atualizações salariais isso provoca problemas, porque estamos condicionados nas fontes de financiamento (42% de Acordos de Cooperação, 54% das participações dos utentes e 6% de donativos). E se os Acordos de Cooperação tiveram um aumento residual, da parte dos utentes verificou-se uma diminuição e isto significa constrangimentos para as nossas instituições”, argumentou o líder da CNIS, asseverando: “De uma vez por todas, nós praticamos serviço público, cooperando com o Estado, e para que haja uma progressiva atualização salarial é preciso a Cooperação contribuir. A Cooperação tem que ter em conta a inflação, o aumento real dos custos das instituições e a justiça salarial”.

A Reunião Magna terminou com um período de intervenções por parte de alguns dos representantes das instituições presentes, sobre temas como o IVA, as inspeções da ASAE, da ACT e do ISSS, fiscalidade e o novo CCT, entre outros.

Encerrada a Assembleia Geral, pela presidente da Mesa Manuela Mendonça, a Direção da CNIS assinou com o Montepio



Geral um protocolo, que inclui “um conjunto de serviços que pode interessar às instituições”, como referiu o presidente da CNIS.

No fundo, o acordo assinado permite às IPSS associadas da CNIS usufruir de uma série de vantagens em produtos e

serviços bancários, a custos competitivos, para além de condições preferenciais no financiamento.

O padre Lino Maia subscreveu o documento pela CNIS, enquanto Luís Pardal e Vasco Silva o fizeram pelo Montepio.

REFUGIADOS

# PAR quer prioridade na recolocação das crianças

A PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados promoveu uma conferência de Imprensa para anunciar que vai alargar o âmbito de intervenção no terreno, estendendo a PAR Linha da Frente à Grécia, e elegendo a prioridade de ação ao acolhimento de crianças e suas famílias.

Relativamente a este último item, Rui Marques, coordenador da PAR, divulgou uma Carta Aberta ao Governo Português, na qual a PAR apela para que Portugal pugne e “lute pela prioridade aos mais vulneráveis”. E no entender da PAR, após a visita que fez à Grécia, o grupo mais vulnerável é o das crianças, “que devem ser as primeiras no processo de recolocação”, salvaguardando, Rui Marques, “sem excluir ninguém”.

Até ao momento, já morreram 340 crianças na travessia para a Europa e mais de 90 mil viajam sozinhas, revelou Madalena Marçal Grilo, da UNICEF Portugal.

Assim, e depois de ter constatado a situação na Grécia, a PAR solicita ao Governo Português que “estabeleça como prioridade para acolhimento em Portugal,

as crianças refugiadas, acompanhadas pela sua família, sinalizando essa determinação à EASO e aos Estados-membros com quem colaborará num regime bilateral para a recolocação de refugiados” e que “promova um projeto-piloto de recolocação direta, urgente e eficaz de crianças refugiadas e as suas famílias, quer a partir da Grécia e, quando possível, também a partir da Turquia, do Líbano ou da Jordânia, cooperando com as autoridades locais, o ACNUR, a UNICEF e a EASO para a prossecução deste objetivo”.

O que pretende a PAR é que seja criada uma ponte aérea direta entre a Grécia e Portugal a fim de atenuar o sofrimento dos mais novos, recolocando-os o mais rapidamente possível, porque, como acusou Rui Marques, “o processo de recolocação em curso tem sido um fracasso e há que criar novos caminhos”.

O coordenador da Plataforma, que contou na apresentação deste proposta, para além da representante da UNICEF Portugal, com Dulce Rocha, do Instituto de Apoio à Criança, e ainda com Alexandra

Vasconcelos, da Sociedade Portuguesa de Pediatria, sublinhou que “a PAR revê-se na posição do Governo Português”, que se disponibilizou para acolher 10 mil refugiados, “mas é preciso ir mais longe e isso é com os grupos mais vulneráveis”.

A este propósito, a PAR já solicitou uma audiência com António Costa a fim de lhe expor a situação e entregar a Carta Aberta.

Por outro lado, e igualmente decorrente da visita à Grécia, a Plataforma decidiu alargar a vertente da PAR Linha da Frente à Grécia, que até agora se cingia ao Líbano.

Nesse sentido, a PAR tem desde meados de março uma representação permanente na Grécia, encabeçada por Mariana Reis Barbosa, que esteve em janeiro a fazer voluntariado na ilha de Lesbos. A equipa da PAR na Grécia tem entre quatro a cinco pessoas, enquanto por cá a Plataforma vai desenvolver esforços para angariar apoios financeiros e em bens e ainda criar uma bolsa de voluntários, mas dando prioridade ao voluntariado especializado nas áreas clínica, educação de infância e psicologia, entre outras.



Mariana Reis Barbosa referiu que o que se pretende “é ajudar a levar a solidariedade à Grécia”, pois o que se procura é reforçar os laços de solidariedade entre os países europeus, em especial com a Grécia.

Eugénio Fonseca, presidente da Cáritas Portuguesa, considera que esta ação “vem facilitar o conhecimento permanente da realidade”, sublinhando o trabalho de coordenação com a PAR, alertando: “Só unidos conseguiremos vencer esta batalha”.





**Organização Administrativa**  
Consultoria e Gestão



**Mediação de seguros**  
Soluções personalizadas



**Soluções tecnológicas**  
Software administrativo e financeiro

**Estamos onde você está.**  
Atuamos nas instalações do cliente

t. 265 537 590  
e. geral@odulisser.pt  
www.odulisser.pt




CASAL POPULAR DA DAMAIA, AMADORA

# Processo solidário em curso há 41 anos

No coração do Porto surgiu em 2010 o Centro Comunitário de São Cirilo, uma comunidade de inserção criada pelos jesuítas e que acolhe e (re)capacita pessoas e famílias estrangeiras e nacionais a passar alguma fase temporária de fragilidade social. Neste objeto integram-se pessoas despejadas das suas casas, sem-abrigo que querem sair da rua e encontrar trabalho, estrangeiros que perdem o emprego e sem retaguarda familiar de suporte e todos aqueles que de alguma forma perderam o chão, mas pretendem reconquistá-lo.

“O sonho desta casa nasceu em 2005, sobretudo ligado à comunidade dos Jesuítas, onde muita gente, entre 2001 e 2004, quando havia uma grande comunidade de imigrantes, sobretudo ucranianos, lá ia bater à porta. Era gente que não falava Português, não tinha emprego e não tinha retaguarda de apoio. Este Centro nasce da ideia de criar uma estrutura que permitisse receber e capacitar essas pessoas. Quase como que uma estação de serviço que assistisse essas pessoas para que depois pudessem seguir viagem”, conta o padre jesuíta Filipe Martins, que preside à instituição.

Inicialmente, a ideia era apoiar imigrantes económicos que estivessem a passar dificuldades, mas ainda antes da abertura de portas, a 4 de janeiro de 2010, o propósito foi alterado, pois com o advento da crise económica que assolou o País em 2008, levantou-se uma questão: Criar uma instituição só para imigrantes ou também para cidadãos nacionais?

“Percebeu-se logo que seria também para nacionais e houve até uma alteração de estatutos. E quando olhamos para os números, hoje na casa temos metade de estrangeiros e outra de nacionais”.

“Uma das coisas engraçadas na casa é a mistura muito harmoniosa entre nacionais e estrangeiros. Não creio que haja dificuldades nesse aspeto, até em termos de sentimentos racistas, é tudo muito harmonioso”, congratula-se o padre Filipe Martins.

É grande a diversidade de pessoas que procuram o Centro Comunitário, mas todas elas têm pontos em comum, como aponta Paula Ferreira, diretora-técnica da instituição: “As pessoas nacionais que nos procuram são gente de muito baixos rendimentos, isoladas e mais do sexo masculino. Muitos migrantes de outras zonas do País, que perderam o emprego e cuja situação familiar ficou comprometida. Quando nos procuram é já numa fase muito aflitiva, quando já não têm emprego, nem casa, já não têm nada. O nosso papel é evitar que essas pessoas vão parar à rua. Não somos uma instituição que apoia sem-abrigo, no sentido mais estrito, mas auxiliamos pessoas que estão numa fase muito difícil das suas vidas e que querem voltar a reinserir-se na sociedade”.

Já os imigrantes são gente que perdeu o emprego e não tem forma de sobreviver e de sair dessa situação sem ajuda.

“O nosso público estrangeiro é, essencialmente, formado por imigrantes económicos, alguns recém-chegados, mas a maioria gente que já cá está há algum tempo e que perdeu o emprego. Estas pessoas têm um drama adicional quando perdem o emprego, é que ficam sem contrato de trabalho e na altura de renovar a autorização de residência não tem condições para o fazer. Este risco de ter que abandonar o País é um drama para eles”, refere a técnica.

Neste apoio à comunidade, a instituição, como explica o padre Filipe Martins, está estruturada em cinco serviços.

“Assim, temos o alojamento até 18 camas (masculino, feminino e também familiar), temos as pessoas apoiadas em refeição, só ao almoço, sete dias por semana, com uma capacidade para 20 refeições, e ainda temos as famílias apoiadas em cabaz semanal, sobretudo com produtos oferecidos pelas lojas Pingo Doce, com as quais temos uma parceria muito forte”, revela o responsável pela instituição desde 2012, acrescentando: “Estes três serviços integram-se em algo mais vasto a que chamamos Projeto de Vida. Isto não se prende só com a metáfora do peixe e da cana de pesca, mas vai mais além, porque estas pessoas, juntamente com os técnicos, desenham e comprometem-se com um percurso de recapacitação, com formação, procura de emprego, resolução de questões de dívidas ou legais se existirem. E, por isso, é que não somos um centro de acolhimento de emergência. No fundo, estamos na fase anterior, ou seja, antes das pessoas caírem na rua, ou na fase de recapacitação, ou seja, trabalhando com pessoas já minimamente reestruturadas e prontas para seguir viagem. O Projeto de Vida aqui é muito importante. Estes são os serviços a que chamamos os três públicos”.

A estes três serviços acrescem mais dois: “São dois serviços que chegam a famílias de alguns bairros complicados da cidade, que aqui vêm buscar o cabaz, que são sempre acompanhados pelo gabinete de emprego e que vão participando nas formações. As pessoas quando entram comprometem-se a isso. Para acompanhar estas pessoas temos quatro gabinetes multidisciplinares (Educação Social, Jurídico, Psicologia e Emprego). Finalmente, temos o serviço de proximidade, que já é de emergência, como duche para sem-abrigo, lavandaria e banco de roupa”.

Em termos de números, no âmbito dos três grupos de gente alojada, gente de refeição e das famílias apoiadas, a média de frequência é de 106 pessoas/mês. Por outro lado, em Outubro último houve 120 pessoas a recorrerem aos gabinetes multidisciplinares.

A todo este universo de pessoas que é



apoiada pela instituição, juntam-se as pessoas que frequentam as aulas de Português, de Inglês e de Informática.

No que toca ao tempo de duração do

apoio, a instituição está, com a anuência da Segurança Social, a alterá-lo.

“Nos nossos regulamentos e nos acordos que temos está previsto que sejam



seis meses, mas já nos apercebemos que é apenas uma meta que não corresponde à realidade, porque há diversas dimensões na vida das pessoas que precisam de ser trabalhadas e o que estipulamos sempre é que será um ano para nacionais e, eventualmente, 18 meses para estrangeiros. O que estava acordado era ser seis meses para nacionais e um ano para estrangeiros, por causa da questão da língua. No entanto, estes prazos podem ser dilatados após avaliação técnica, porque ninguém vai embora desde que vá cumprido com os objetivos e não se consiga autonomizar”, explica Paula Ferreira, acrescentando: “Pelo trabalho que temos desenvolvido ao longo destes cinco anos temos feito algumas avaliações e concluímos que é muito difícil uma pessoa, com imensas fragilidades, conseguir autonomizar-se em seis meses. Mesmo 12 meses era um bocadinho utópico, daí que vamos ajustando e a própria Segurança Social acha que faz sentido”.

Mas também aqui as situações podem variar, como refere o presidente da instituição: “Há gente que está aqui há dois, três anos, mas se essa pessoa é proactiva, não a podemos pôr na rua. À pessoa cabe procurar emprego, não lhe cabe encontrar emprego, por exemplo. Em sentido contrário, há gente que pensamos que o processo vai ser longo e rapidamente se resolve e também nesse aspeto temos tido experiências variadas”.

Já quanto a taxas de sucesso, “a percepção quantitativa é que em 2014 conseguimos 40 empregos, o que é bom, e cerca de três quartos de autonomizações com sucesso”, revela o padre Filipe Martins, ao que Paula Ferreira acrescenta: “As mulheres contam muito para a taxa de sucesso, porque, normalmente, autonomizam-se mais rapidamente através dos serviços domésticos. Mesmo para os homens este ano de 2015 também correu muito bem”.

Neste particular, a instituição tem algumas parcerias que contribuem para estes números, sendo que o padre Filipe Martins destaca uma característica interessante: “As pessoas que saem daqui sentem que devem ser nossos embaixadores, daí quererem cumprir bem o trabalho para abrir as portas a outras pessoas que aqui estão. Por outro

lado, a avaliação qualitativa também é boa, porque as pessoas estão contentes”.

Tipificando os públicos que procuram o Centro Comunitário de São Cirilo, Paula Ferreira indica que, “em termos de nacionais, são mais homens e de estrangeiros, sobretudo, pessoas isoladas”. No entanto, a instituição tem capacidade, também, para albergar uma família, no chamado quarto familiar, que “está ocupado por uma família do Quirguistão, composta por duas irmãs, a mãe e duas crianças”.

Em cinco anos de atividade, a instituição já acolheu 4600 pessoas de 95 nacionalidades, sendo 2.595 estrangeiras e 1.985 nacionais.

“Temos gente de diversos países de Leste, como Ucrânia, Rússia, Letónia ou Polónia, mas também do Nepal, China e Índia, entre muitas outras. É uma panóplia muito grande, alguns só para as aulas de Português e em que a maioria acaba por ser de África e do Leste da Europa”.

Já em termos de habilitações literárias também há um pouco de tudo, como médicos, engenheiros, gente que terminou o mestrado e analfabetos. “Em termos de imigrantes o leque é vasto, já em termos dos nacionais é mesmo de escolaridade baixa”, sublinha Paula Ferreira.

Com um acordo atípico com a Segurança Social e sem poder contar com participações dos utentes, a situação financeira da instituição é semelhante ao andar no fio da navalha.

“Esta casa vive mal... Temos um acordo atípico com a Segurança Social e essa relação tem sido muito boa. O valor não é suficiente para os nossos gastos e se só vivêssemos disso a casa fechava as portas num instante”, explica o presidente, acrescentando: “Tivemos algum financiamento do Alto Comissariado para as Migrações e estamos à espera do Portugal 2020 para apresentar algumas candidaturas. Depois, temos dois tipos de donativos, um a nível «pro bono», desde os seguros à alimentação do Pingo Doce e ainda de uma empresa que nos fornece os produtos de limpeza, o que é uma grande ajuda, porque evita despesas. E há ainda gente que nos dá donativos ocasionalmente. Estamos, neste momento, a tentar



fazer crescer o número do que chamamos os Amigos. A ideia não é que sejam dadores líquidos, mas gente que se identifica com esta causa da capacitação e que nos ajuda a crescer. E as pessoas têm aderido. Em termos financeiros temos-nos mantido à tona de água. O banco com que trabalhamos tem feito um esforço grande a nível dos financiamentos, mas diria que estamos na linha de água. Ainda temos uma dívida de construção para saldar e tem sido o que tem desequilibrado as contas. Por outro lado, a consignação fiscal tem sido também uma grande ajuda, porque depois de explicarmos o que fazemos, muita gente nos tem contemplado com essa benesse”.

Como projetos, o Centro São Cirilo pretende apresentar candidaturas ao Portugal2020 no âmbito da formação nas áreas em que há mais empregabilidade, como serviços domésticos ou de empregados de mesa.

“Equacionámos lançar um negócio social, mas chegámos à conclusão que este, se calhar, não é o momento. Seja porque o negócio social parece uma coisa mais bonita do que é a nível da rentabilidade, seja porque também estamos a estabilizar uma série de coisas na instituição e a implementar instrumentos novos de avaliação. Gostávamos muito de avançar com estas formações

certificadas e de crescer nesta relação com a rede social e com os parceiros empresariais ou individuais. Gostaríamos de crescer para podermos também alargar a base das pessoas que apoiamos. O sonho é poder continuar a acompanhar bem estas pessoas que nos procuram, poder crescer na formação e na angariação de financiamentos. Não queremos crescer com grandes coisas, mas sustentadamente, e poder continuar acompanhar bem. Mais do que projetar grandes sonhos, queremos poder colmatar pequenas faltas aos nossos utentes, que nas suas vidas têm grande importância”, sustenta o padre Filipe Martins, rematando: “Para além da formação com os voluntários, os utentes têm ainda uma formação transversal, que é sempre com pessoal da equipa técnica, a nível de relações humanas, objetivos pessoais, deveres de cidadania, ou apoios sociais. No fundo, não procuramos apenas a capacitação técnica, mas também a capacitação humana”.

Com um corpo de 12 funcionários, a instituição assenta muito da sua ação no trabalho voluntário. De momento são cerca de 60, que se dividem pela recolha de produtos alimentares e pelas ações de formação.

CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE CHAVIÃES, MELGAÇO

# O futuro passa por um Centro de Noite

Criação do anterior pároco de Chaviães, hoje edil de Melgaço, o Centro Paroquial e Social local nasceu em 1994, mas esteve quatro anos no papel. Foi apenas em 1998, quando chegou à paróquia o padre Manuel Domingues que a obra começou a ganhar forma e a prestar serviços à população.

A primeira resposta social do Centro foi o Apoio Domiciliário, que, à semelhança da instituição, nasceu integrado no projeto camarário Melgaço Solidário, no âmbito da Luta Contra a Pobreza.

“Foi na sequência desse projeto que a instituição deu continuidade às respostas então criadas. Nessa altura implementou-se o SAD, porque na altura só a Misericórdia de Melgaço o fazia e para o alargar era preciso uma instituição de suporte. Então, o Centro Paroquial e Social de Chaviães foi o escolhido. Esta foi a forma que a instituição encontrou de pôr a resposta a funcionar e depois alargar as respostas”, recorda Alexandra Beites, diretora-técnica da instituição.

Como muitas das IPSS criadas por todo o território nacional, o Centro Paroquial de Chaviães arrancou em «modo desenrascas».

“Inicialmente não tínhamos instalações, tivemos que adaptar, de uma forma muito precária, o rés-do-chão da casa paroquial e ali funcionámos um bocadinho contra as normas. Disse muitas vezes que se aparecesse a ASAE fechava-nos as portas, mas acabou por correr bem e fez-se o possível”, lembra o pároco Manuel Domingues, ao que Alexandra Beites acrescenta: “Foi-se fazendo com os recursos que tínhamos. Havia o projeto de construção de um edifício definitivo que reunisse as condições necessárias, mas, mesmo assim, a situação precária durou muito tempo, mais tempo do que seria desejável, porque o Centro de Dia abriu em 2010 e estivemos nessa situação desde 1998”.

A este propósito o presidente da instituição recorda que, antes das atuais instalações, houve “um projeto para outro local e para a construção de um edifício de raiz”, mas a instituição propôs à Câmara Municipal a adaptação do edifício onde atualmente está sediada: “Isto era uma escola primária que estava fechada, fizemos um contrato de comodato com a autarquia, fez-se uma ampliação e aqui estamos nestas instalações bastante boas”.

Inserida no concelho mais envelhecido do Alto Minho, Alexandra Beites lembra que “a pirâmide etária está completamente invertida e, por isso, é que houve respostas para a infância que fecharam”, dando como exemplo o edifício agora ocupado pela instituição: “Este espaço é um exemplo disso, pois era uma escola e fechou, dando lugar a um espaço que é ocupado por idosos. Isto é a prova da mudança na necessidade da comunidade”.

Com valências quase exclusivamente

dedicadas à terceira idade, o Centro de Chaviães acolhe em Centro de Dia 20 utentes, em Centro de Convívio mais 50 e apoia no domicílio 70 seniores, tendo um quadro de pessoal de 42 trabalhadores. A estas respostas sociais junta-se ainda o Centro de Acolhimento Temporário «Raio de Sol», que funciona de forma autónoma das demais valências e que acolhe nove petizes.

“O «Raio de Sol» foi uma opção um pouco política. A anterior autarquia tinha a ideia de fazer, onde agora funciona o Museu do Cinema, um centro de acolhimento para crianças, mas que por diversas razões não se concretizou. No entanto, a ideia ficou a pairar e quando a Câmara adquiriu a antiga Casa dos Magistrados pensaram que seria o local ideal para a criação do CAT. Como não podia ser a autarquia a fazê-lo contactaram o Centro Paroquial. Foi uma sugestão externa, até porque a nossa vocação é a terceira idade, pelo que o CAT funciona, de certa forma, autonomamente”, esclarece a diretora-técnica da instituição.

Com o enfoque na área dos seniores, a instituição foi paulatinamente abrindo e desenvolvendo as respostas sociais.

“O Centro de Convívio abriu quase em simultâneo com o SAD e igualmente no âmbito do Melgaço Solidário, só que o nosso Centro de Convívio funciona de uma forma atípica, porque, quando a ideia foi lançada, a intenção era levar a animação a quase todas as freguesias. Ou seja, havia um Centro de Convívio quase em cada freguesia da zona da ribeira e que funcionavam nas sedes das juntas de freguesia ou nas casas paroquiais”, recorda Alexandra Beites, que conta como se chegou à situação atual de apenas dois locais acolherem esta valência: “Essa situação não era sustentável e teve que se concentrar os recursos, porque passando a resposta para a instituição não havia capacidade para ter a resposta descentralizada, por falta de recursos técnicos e físicos. Então, concentrou-se a resposta a dois centros apenas, que não funcionam no nosso espaço físico, mas em outros locais, um fica nas instalações da Junta de Freguesia de Prado e o outro era na Junta de Freguesia de Chaviães, mas com a construção do Centro de Dia passou a funcionar aqui na sede da instituição. Funciona em dois locais distintos e com dois grupos de utentes que abarcam as freguesias todas”.

E quando a técnica fala das freguesias todas da zona da ribeira, refere-se às freguesias de Chaviães, Paços, Cristóval, Fiães, Vila, Remoães e Prado, Alvaredo, Penso, Roussas e São Paio.

No território abrangido pela instituição, muito envelhecido e cada vez mais despojado, o principal problema identificado por Alexandra Beites é a “falta de retaguarda familiar” e “nem tanto a questão económica”.

“As reformas são pequenas, mas, como



vivemos num meio rural, há sempre o campo, a horta ou um animalzito e as pessoas vão gerindo os recursos em função disso. O principal problema é mesmo a falta de retaguarda

familiar, porque vivemos numa zona de grande emigração e os idosos ficam sozinhos. Os filhos estão espalhados por esse mundo fora e os idosos não têm ninguém que lhes deite



a mão”, indica a diretora-técnica, lembrando: “É precisamente nas alturas de férias, especialmente no verão, que aumenta a procura pelo Apoio Domiciliário, porque é quando os filhos vêm à terra e se apercebem que os pais estão a passar necessidades”.

Apesar desta situação, o padre Manuel Domingues sublinha que “nenhum utente

está esquecido pelos familiares”, mas são as circunstâncias da vida que produzem estas realidades.

Sem resposta de lar, a instituição não olha essa resposta como a solução para os problemas da comunidade, pelo menos no imediato. Alexandra Beites lembra que na zona da ribeira há três respostas de lar de

IPSS e mais uma de privados, considerando a cobertura é “suficiente para as necessidades da população de Melgaço”.

Aliás, a técnica considera mesmo que a replicação de respostas já existentes no território poderá levantar graves problemas às instituições que já atuam no terreno.

“A criação de mais instituições ou a abertura de mais respostas nas que já existem vai gerar conflitos entre as instituições, porque isto, no fundo, é um mercado e acabamos por colidir. Até agora trabalhamos em parceria, há uma boa relação entre as instituições, mas com alargamento a parceria vai-se dissipando e vamos começando a ser um pouco rivais. Estarmos a atuar no mesmo território, quando se tem que cumprir requisitos e estatísticas, dando cumprimento aos protocolos, não é saudável para ninguém. A população não aumenta e, se cresce o número de respostas, as coisas podem complicar-se para todos”, alerta, destacando “a boa articulação entre as instituições, particularmente, com a Santa Casa”.

Sem resposta para os utentes que chegam ao fim de linha, ou seja, que ficam de tal forma dependentes que nem o Centro de Dia nem o SAD são solução, necessitando de uma resposta residencial, a instituição de Chaviães tem perdido bastantes utentes, especialmente, para a Misericórdia, que oferece duas respostas em ERPI.

“Quando os utentes de Centro de Dia começam a perder a autonomia, perdendo a mobilidade, esta resposta já não é suficiente, tal como acontece com os utentes do SAD. Então, coloca-se a questão do lar. Atualmente, não temos os 25 utentes de capacidade em Centro de Dia porque perdemos muitos para o lar, por essas razões, dependência crescente, isolamento e falta de retaguarda. Só no ano passado foram imensos”, argumenta Alexandra Beites, ao que o pároco comenta: “E foram embora porque não tinham outra resposta aqui”.

Perante isto, a instituição tem intenção de criar um Centro de Noite, pois considera ser a resposta mais adequada de momento.

“A instituição tem um projeto para o futuro que passa pela criação de um Centro de Noite. Penso que à procura para uma resposta dessas e apercebemo-nos que as pessoas falam no assunto. Muitos dos utentes que perdemos disseram-nos que queriam ficar, mas nós não temos camas para ficarem de noite”, afirma Alexandra Beites, que revela ainda como um Centro de Noite poderia responder a outra necessidade da comunidade: “Já tivemos situações no passado de, por exemplo, quando os filhos regressam, mas precisam de ir aos países onde estiveram tratar de assuntos burocráticos e necessitam de se ausentar durante algum tempo, a preocupação dessas famílias é quem trata dos pais nesse período. E o Centro de Noite também serviria para dar esse tipo de resposta. Mesmo para os familiares poderem ir de férias e descansar um pouco. E faz muita falta uma resposta a esta necessidade”.

Atenta a essa situação, a Direção do Centro Paroquial está a pensar em construir um Centro de Noite.

“Já está em andamento para que seja feito o projeto, já negociámos com a autarquia a propriedade do edifício e do terreno envolvente. Como isto não é da instituição, e já tivemos algumas complicações no passado para negociar junto das entidades bancárias para o financiamento, porque normalmente elas pedem garantias e nós não temos, porque habitualmente é o património que serve de garantia e nós não temos. Havia a necessidade de sermos os proprietários, até porque todas as obras aqui feitas foram-no pela instituição, então contactou-se a Câmara, que mostrou sensibilidade à nossa necessidade e argumentos. Por outro lado, já houve compromissos no passado entre a autarquia e a paróquia, pelo que consideraram perfeitamente legítimo doarem o edifício e o terreno ao Centro Paroquial. Candidatámo-nos a um financiamento com o propósito de construir um Centro de Noite, num terreno contíguo a este e também alargar o Centro de Dia”, conta a diretora-técnica.

A ideia é que seja uma estrutura com capacidade para 20 utentes, mas os responsáveis da instituição olham mais à frente.

“Um Centro de Noite não é um lar, mas como os projetos devem ser pensados para o futuro, a ideia é que a infraestrutura fique com condições para se Direções futuras decidirem fazer um lar ela esteja preparada para tal”, revela Alexandra Beites, acrescentando: “O objetivo é, precisamente, criar uma resposta que ainda não existe e ir ao encontro de necessidades que não têm resposta atualmente. Lares já há três e não queremos oferecer mais do mesmo, queremos oferecer algo diferente e que vá de encontro às necessidades das pessoas”.

No entanto, o projeto para avançar ainda se debate com as questões do financiamento, pois os investimentos na ampliação e requalificação do edifício onde está sediada a instituição ainda causa alguns constrangimentos.

Mesmo assim, o presidente considera que a situação financeira da instituição é boa.

“Sempre que reúno com o contabilista ele diz-me que estamos de parabéns pela boa saúde financeira, embora ainda tenhamos uma dívida a saldar ao banco até ao final deste ano. Só a partir daí ficaremos mais tranquilos”, refere o padre Manuel Domingues, ao que Alexandra Beites acrescenta: “Neste momento não temos capacidade para pedir outro empréstimo. A instituição financeiramente está saudável, consegue ter as contas em dia, mas não estamos folgados. A preocupação é a revisão dos protocolos, porque a Segurança Social faz a avaliação ao quadrimestre e se num desses quadrimestres, por exemplo, no SAD houver redução do número de utentes, por fatores que não controlamos, então, a Segurança Social reduz o protocolo, em função da média desse quadrimestre. Não é justo, porque estamos a contar com a verba que recebemos mensalmente e se há uma redução do financiamento a situação fica insustentável. Aliás, o investimento no Centro de Noite também é para garantir alguma sustentabilidade à instituição, pois é uma resposta nova e acaba também por fidelizar os utentes das outras respostas”.

CUIDADOS CONTINUADOS

# Mais camas na Rede Nacional

O Governo pretende criar quase 5 mil novos lugares/camas nos cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório, além de mais 8 mil novas camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, no âmbito do Programa Nacional de Reformas. Uma das metas, prevista no âmbito do reforço da coesão e da igualdade social, é o aumento dos lugares para cuidados continuados, com o Governo a anunciar que pretende criar 4.800 novos lugares/camas para cuidados continuados prestados no domicílio, além de 8 mil novas camas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). De acordo com dados divulgados no decorrer da apresentação da reforma da RNCCI, existem atualmente 7.759 lugares, pouco mais de metade dos 13.966 definidos como meta para 2016. Significa então que faltam atualmente 6.207 lugares. De acordo com a informação divulgada, o Programa Nacional de Reformas tem

seis pilares estratégicos, sendo um deles “Reforçar a coesão e a igualdade social”, onde se inserem dois eixos: “Promover a igualdade e a coesão social” e “Promover a saúde”. Dentro do primeiro eixo, o Governo assume que pretende “elevar gradualmente os rendimentos dos portugueses”, principalmente aqueles que estão em situação de maior pobreza e exclusão social. Pretende igualmente “restabelecer os mínimos sociais, retomando níveis adequados de cobertura das prestações sociais”. Além do aumento do número de camas na RNCCI, o Governo inclui também o aumento do Complemento Solidário para Idosos e do abono de família, medidas que poderão abranger 200 mil idosos e 1,1 milhões de crianças e jovens, respetivamente. Refere igualmente que será feita a atualização do valor de referência do Rendimento Social de Inserção, medida que irá beneficiar 240 mil pessoas.



Outra das medidas previstas é o aumento gradual dos rendimentos, a revisão das condições de acesso às prestações sociais e a criação de medidas fiscais que promovam uma maior justiça social. O Governo quer também garantir que a tarifa social de energia chega a todos os potenciais

beneficiários, bem como alargar a cobertura e tornar mais eficiente a proteção na deficiência. O Programa Nacional de Reformas, apresentado pelo primeiro-ministro António Costa, será entregue em Bruxelas até ao final de abril e estará em discussão pública nas próximas semanas.





## SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

PROCESSOS CHAVE CANTINAS SOCIAIS REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	PORTAL SOCIAL DIREÇÃO FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS DOS UTENTES LIVRO DIGITAL "MEMÓRIA"
	RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA INTERNAMENTO	
	ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO	
	APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	

**GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL**

**SOFTWARE PARA VARIAS RESPOSTAS SOCIAIS (Licenciamento e SaaS)**

**SOLUÇÕES WEB PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)**

**FORMAÇÃO CERTIFICADA**

Em Sala  
A medida  
Jornadas  
Congressos

Seminários  
Live Meeting  
On Line



ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA  
DIGNIDADE EMPRESARIAL - Capacidade e flexibilidade - Gestão e administração - INOVABILIDADE - Informação ao apoio do utilizador

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Montepio

Valores que crescem consigo.

F3M Information Systems, S.A. | [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt) | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda  
 HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: [contacto@f3m.pt](mailto:contacto@f3m.pt) | LISBON BRANCH: Rua Luis de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA . Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: [info@f3m.pt](mailto:info@f3m.pt)

CONSELHO DA EUROPA

# Nova estratégia pelos Direitos das Crianças

Os direitos das crianças são violados diariamente, principalmente quando têm deficiência, são refugiadas ou vivem em comunidades ciganas, denuncia o Conselho da Europa, que apresenta a nova Estratégia pelos Direitos das Crianças.

Em comunicado, o Conselho da Europa explica que os fluxos de refugiados, o rápido desenvolvimento dos ambientes digitais ou a crise económica são novos desafios que a Europa enfrenta atualmente e que criam novos riscos para os direitos das crianças.

É assim apresentada oficialmente a nova Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos das Crianças 2016-2021, com especial enfoque na igualdade de oportunidades, a participação das crianças na tomada de decisão, vida livre de violência e uma justiça amiga das crianças, bem como os direitos dos mais pequenos nos ambientes digitais.

O documento faz referência aos principais desafios, “de hoje e de amanhã”, que as crianças enfrentam, sublinhando que “os direitos das crianças são violados numa base diária” e que continuam a existir “falhas na proteção legal das crianças”.

Em matéria de pobreza, desigualdade e exclusão, o Conselho da Europa aponta que a crise económica afetou “profundamente” as crianças e destaca um relatório da UNICEF que monitorizou os 32 Estados membros para referir que a pobreza infantil aumentou em 20 e apenas baixou em 12.

“Um elevado número de crianças por toda a Europa sentem-se excluídas”, diz o Conselho da Europa, segundo o qual este sentimento de exclusão afeta sobretudo as crianças com deficiência, as que não têm cuidados parentais, as que vem de grupos minoritários como as comunidades ciganas, as crianças refugiadas ou em movimentos migratórios, bem como as crianças privadas de liberdade ou as que vivem ou trabalham na rua.

No que diz respeito aos refugiados, o Conselho da Europa alerta para as crianças no seio de movimentos migratórios constituírem um dos grupos mais vulneráveis na Europa de hoje.

“Enquanto as crianças não acompanhadas vivem uma situação particularmente precária, as crianças migrantes no geral, mesmo quando acompanhadas pelos pais, sofrem ataques persistentes aos seus direitos humanos”, refere o organismo, acrescentando que o princípio do superior interesse da criança é frequentemente negligenciado nos procedimentos de asilo e de imigração.

O progresso no combate à violência contra as crianças “continua muito lento e fragmentado” e o risco de violência contra as crianças, principalmente as raparigas,



Foto: D.R.

está presente em todos os contextos, incluindo nos ambientes digitais e em locais onde as crianças deveriam estar seguras, como as escolas, instituições ou em casa, diz o Conselho da Europa.

Por outro lado, aponta que os sistemas judiciais europeus ainda não estão suficientemente adaptados às necessidades das crianças.

Para resolver estas e outras questões, o Conselho da Europa propõe igualdade de oportunidades para todas as crianças, a participação das crianças nas tomadas de decisão, uma vida livre de violência, uma justiça amiga das crianças e a defesa dos seus direitos nos ambientes digitais.

## CARTA SOCIAL EUROPEIA

A estratégia traz cinco áreas de atuação: igualdade de oportunidades para todas as crianças, participação das crianças nas tomadas de decisão, vida livre de violência, justiça amiga das crianças e defesa dos seus direitos nos ambientes digitais.

Logo no primeiro ponto, o Conselho da Europa diz que vai promover a Carta Social Europeia, como um conjunto de normas mínimas de proteção dos direitos

das famílias e das crianças, sustentando que se trata de uma ferramenta “particularmente relevante” em tempos de austeridade económica.

“A pobreza infantil e a exclusão social podem mais facilmente ser combatidas através de sistema de proteção que integrem medidas preventivas, apoio às famílias, educação e apoio infantil precoces, serviços sociais, educação e políticas de habitação”, lê-se no documento.

No que diz respeito às crianças refugiadas, o Conselho da Europa deixa a garantia de que irá prestar “especial atenção” à situação das crianças não acompanhadas e à relação entre migração e tráfico de crianças, além de assegurar que os direitos destas crianças continuarão a ser protegidos e promovidos por vários órgãos dentro do Conselho da Europa.

O organismo pretende dar especial atenção à proteção das minorias, comprometendo-se a “proteger e promover os direitos das crianças oriundas de etnias tradicionais ou minorias nacionais, no que diz respeito ao uso da sua linguagem em privado, em público ou nas escolas.

Nesse sentido, diz que irá tomar medidas para avaliar a efetiva implementação

dos direitos das crianças ciganas, com enfoque nos casamentos com crianças, para incentivar o acesso dos ciganos, em particular das raparigas e das crianças com deficiência, a uma educação inclusiva, fazendo pleno uso dos mediadores e combatendo estereótipos contra as crianças ciganas.

O Conselho da Europa quer também que as crianças tenham uma vida livre de violência, indo apelar aos Estados membros que implementem a recomendação da Comissão de Ministros pela aplicação de estratégias nacionais pela proteção das crianças contra a violência.

Por outro lado, vai promover, monitorizar e suportar a implementação dos tratados pela prevenção e combate das várias formas de violência sexual contra crianças, passando o dia 18 de novembro a ser a data escolhida para em cada ano assinalar o Dia Europeu pela Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais.

Os organismos europeu diz que vai também continuar a promover o fim das punições físicas e outras formas cruéis e degradantes de castigo das crianças em todos os ambientes, incluindo em casa.

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

# Captar, envolver e fidelizar

O primeiro dia de Abril é popularmente conhecido como o Dia das Mentiras, mas é igualmente o dia em que se inicia o período de entrega das declarações de IRS, já muito aproveitado pelas IPSS para angariarem (mais alguns) fundos, através da consignação de 0,5% do imposto pago pelos contribuintes individuais. A isto chama-se fundraising, ou seja angariação de fundos.

Porém, simplesmente pedir um donativo não é a melhor política para uma efetiva e eficiente angariação de fundos. É fundamental entender que angariar fundos não é só pedir dinheiro, mas igualmente ganhar reconhecimento, apoio da comunidade e doações não monetárias.

É conhecido o estrangulamento que muitas instituições sofrem pela dependência financeira que têm das participações do Estado e das mensalidades dos utentes. Muitas, demasiadas mesmo, são totalmente dependentes das referidas fontes de receita, mas as coisas não têm que ser assim.

Cada vez mais o fundraising ocupa um lugar importante na dinâmica das instituições do Setor Social Solidário e deve merecer por parte delas uma especial atenção, pois pode ser a solução para muitos problemas. Pressionadas pela dependência financeira dos apoios oficiais, muitas instituições têm-se desdobrado em iniciativas com o intuito de aumentar e diversificar as fontes de receita.

Ora, são, essencialmente, três os potenciais alvos da ação das instituições quando decididas a pedir doações: os particulares (pessoas individuais), as empresas e as fundações e outras entidades similares.

A forma de abordar cada uma destas entidades varia. Apenas a título de exemplo, os muitos peditórios que permanentemente ocorrem, local ou nacionalmente, são formas de fundraising junto de individuais, como é a candidatura a determinados prémios junto de fundações e de algumas empresas e a proposta de donativo para determinado projeto junto de empresas. As especificidades destas abordagens variam de facto, mas há princípios que em todas elas devem ser observados para que o resultado seja mais eficaz.

É fundamental ter alguém responsável pelo fundraising, alguém com formação, mas é fundamental envolver toda a instituição, dos colaboradores aos utentes. Ideal mesmo, mas são conhecidas as dificuldades que isso implica, é ter uma equipa especificamente dedicada à angariação de fundos. É um trabalho permanente e profissional, que exige formação e conhecimento, mas muitas instituições já estão despertas para esta realidade, avançaram e os ganhos estão à vista.



Foto: D.R.

Na opinião de Adrian Sargeant, professor de fundraising na Plymouth Business School, dos Estados Unidos da América, “as organizações devem recrutar angariadores entusiásticos e comprometidos com a angariação de fundos” e formar equipas dedicadas, pois “a eficiência da equipa é mais importante do que a de grandes pessoas solitárias”.

A esta altura impõem-se referir o exemplo da A2000 – Associação de Apoio ao Desenvolvimento, de Santa Marta de Penaguião, que tem uma das suas técnicas superiores com funções de fundraiser, mas onde toda a equipa de colaboradores está envolvida no projeto de angariação de fundos, tendo como meta anual a obtenção de 600 euros cada.

Relembremos que fundraising não é mais do que o marketing ao serviço das causas. Daí que pedir dinheiro não chega. A individuais ou a pessoas coletivas (empresas ou fundações), “mais do que dizer o que se vai fazer, é importante explicar o que o donativo permitirá fazer e os ganhos que se tem com isso”, defende Adrian Sargeant.

“Não é o que fazemos, mas o que conseguimos que importa”, sustenta, sublinhando: “Quando se implementa uma ação de fundraising não se deve pensar em ganhar



Foto: D.R.

a campanha, mas em ganhar as pessoas e o seu comprometimento com a causa”.

O diretor e fundador da agência de marketing «Tangible Response» e também ele professor de fundraising nos Estados Unidos, Stephen Pidgeon, considera que “o maior erro das organizações não lucrativas é tomar como garantido que merecem o apoio das pessoas”.

Para Pidgeon, “as pessoas não querem dar às instituições, querem dar a pessoas e quem trabalha nas instituições tem que perceber que estão no meio da ponte entre o doador e a pessoa carenciada”.

O comprometimento alcança-se pela emoção que se consegue provocar no doador, ou seja, conseguir fazê-lo ver com o coração os benefícios da ação para a qual se

# doadores

está a pedir o donativo.

O objetivo é chegar aos doadores, atraí-los e fidelizá-los à causa/projeto. É fundamental criar empatia com a causa passando uma mensagem clara aos doadores, mas é, igualmente importante, dar algo em troca, ou seja, tornar o ato de doar numa parceria.

Em neste particular é necessário conhecer bem os doadores, porque o fundraising “é ajudar as pessoas a descobrirem a alegria de dar”. Quem o diz é Eva Eggvisk, responsável pelo fundraising na NABP, uma associação norueguesa de cegos e amblíopes, e explica: “Deve contar-se uma história que leve a pessoa a doar, mas esta deve ser uma história sobre pessoas e nunca sobre a própria organização”.

Importante é, também, atribuir os louros ao doador. Todo o benefício conseguido com a contribuição do doador deve ser atribuído a este. Para Adrian Sargeant, deve “centrar-se todo o sucesso na contribuição do doador e isso deve ser-lhe mostrado”. O feedback é fundamental para se conseguir fidelizar um doador, porque este gosta de saber como termina a história.

Esta história pode ser a da ação corrente da instituição ou um projeto específico. Mas se pedir donativos para a gestão diária pode ser uma via junto de doadores individuais e indiferenciados, não é uma a melhor opção junto das empresas.

Alguns dos pontos referidos, apesar de serem transversais, têm uma aplicação mais direta quando a angariação é feita junto de individuais. Se a abordagem é ao mundo empresarial há questões a ter em atenção.

A filosofia de apoios das empresas tem duas vertentes: a reativa, em que dar é uma questão filantrópica e nada tem que ver com os objetivos da empresa, é a vontade de dar de volta à comunidade; e a proactiva, em que há uma estratégia definida ou com sentido.

Estratégia é algo que as instituições devem ter ao equacionarem solicitar um donativo a uma empresa. É fundamental dedicar tempo e trabalho à elaboração da proposta, estudando bem o meio empresarial.

Nesse sentido importa lembrar que as empresas pondo em prática a sua responsabilidade social podem ganhar reputação, reforço do envolvimento dos colaboradores, ideias para novos produtos e melhoria das relações com a comunidade, os fornecedores e os parceiros. A partir daqui e conhecendo os

objetivos filantrópicos da empresa, a instituição deve definir uma proposta que lhes vá de encontro. Ter um contacto no interior da empresa pode ser decisivo, para aquando da reunião com quem decide, este já tenha ouvido falar do projeto. Procurar um ponto afetivo entre a empresas e a causa (leia-se, projeto) é importante.

“Utilizar os colaboradores das empresas na angariação de fundos é importante, até porque cada um deles é um potencial doador individual”, sustenta Mariana Rebelo de Andrade, da consultora de fundraising «Call to Action», acrescentando: “É importante olhar as empresas como forma de chegar a um universo maior de doadores e para isso não basta pedir um donativo”.

Importante reter é que, atualmente, as empresas estão mais se-

Planear, identificar e classificar os alvos, cultivar a relação, pedir o donativo e acompanhar a doação reportando os resultados são as fases essenciais do processo de angariação de fundos.

Esta derradeira fase, a do acompanhamento, ou seja, a do feedback ao doador, a demonstração dos resultados obtidos com a ação em causa é crucial para a fidelização do doador, seja uma empresa, um individual ou uma fundação.

Reportar resultados, demonstrar o impacto na sustentabilidade financeira da instituição, apresentar o impacto do apoio dado é fundamental para que a empresa mantenha o apoio e/ou a t é

Return On Investment (Retorno Social do Investimento) é fundamental. Esta avaliação é uma ferramenta de gestão que permite analisar o custo-benefício do valor social gerado e é uma das exigências do Portugal 2020.

A este propósito convém recordar um estudo da CNIS, o «Impactes Económico e Social das IPSS», realizado nos concelhos de Idanha-a-Nova, Peniche, Montijo e Macedo de Cavaleiros e que concluiu que, em média, 1 euro aplicado nas IPSS destes quatro concelhos representa 2,46 euros. É este valor acrescentado conseguido pelas IPSS na sua ação social que deve ser demonstrado, de forma cativante e apelativa, rigorosa e transparente,



Foto: D.R.

le - tivas , olham as doações mais como investimento, procuram uma relação win-win e a inovação e querem participar na estratégia, no fundo, querem ser parceiros. Daí que... só pedir dinheiro não chega!

Nesse sentido, é fundamental organizar um plano de pedido, com estratégia e objetivos, avaliando os resultados e afinando a estratégia e apresentar contrapartidas.

Deve existir uma «relationship fundraising», ou seja, “tratar a empresa como parceiro, como um membro da equipa”, argumenta a co-fundadora da «Call to Action». E para isso é imprescindível “investir tempo no estudo das empresas e dos produtos para encontrar os alvos e a melhor forma de abordagem”.

por forma a conseguir captar a atenção, o envolvimento e, sobretudo, a fidelização dos doadores. A importância da angariação de fundos para as IPSS leva o SOLIDARIEDADE a regressar ao tema em próximas edições.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

	Impacte Social	
	SROI (a)	Benefício Médio Mensal (por utente)
Concelhos	Euros	Euros
Idanha-a-Nova	5,27	832,04
Macedo de Cavaleiros	3,15	812,21
Montijo	3,27	720,28
Peniche	1,15	348,43

(a) "Social Return on Investment", significando "Retorno Social do Investimento"

## Os refugiados como moeda de troca?

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA [ajsilva@sapo.pt](mailto:ajsilva@sapo.pt)

Nos últimos tempos, a Turquia tem merecido um destaque muito significativo nos Meios de Comunicação Social. O agravamento das suas relações com Moscovo, na sequência do derrube de um avião militar russo e o endurecimento da sua política repressiva para com a comunidade curda que habita no país, de modo especial para com o chamado partido dos trabalhadores, o PKK, justificavam, só por si, todo esse relevo. Mas foi a tragédia dos refugiados que veio colocar aquele país no centro das atenções dos “Media”, sobretudo dos europeus.

Nos últimos meses, a Turquia tornou-se local de passagem, mais ou menos prolongada e difícil, para centenas de milhares de homens, mulheres e crianças que fogem à violência e à guerra que vêm destruindo as suas vidas nos seus países de origem, nomeadamente a Síria, o Iraque e o Afeganistão. Por via desse afluxo contínuo, o seu território foi-se enchendo de refugiados que, a partir dali, tentam encontrar os caminhos que os levarão para a Europa pacífica e rica com que sonham.

A União Europeia parece ter demorado demasiado tempo a tomar consciência do papel incontornável que a Turquia representa na solução deste drama, até que o governo de Ankara decidiu apresentar a factura dos custos financeiros e humanos do acolhimento ou da passagem desses milhares de deslocados pelo seu território. Começou então um “negócio” cujos termos não estão claramente definidos e cuja conclusão pode ainda estar longe. O governo de Erdogan pretende muito mais que os três mil milhões de euros que Bruxelas



Foto: D.R.

estaria disposta a despendar para compensar financeiramente todo o esforço a que a Turquia foi e é chamada nesta conjuntura. O dobro dessa quantia parece estar agora em cima da mesa, mas Ankara pretende obter outras compensações, que são de natureza política.

Há já vários anos que a Turquia pretende integrar a União Europeia, mas essas pretensões nunca foram atendidas. As razões desta reacção negativa são diversas e foram claramente expostas por Sarkozy quando este era presidente da república francesa e não foram ainda postas em causa pelos grandes líderes europeus. Foram e são razões de ordem geográfica, cultural e demográfica, mas não suficientes para levar a Turquia a desistir do seu propósito. Agora que a Europa precisa da Turquia, Erdogan aumenta o preço do seu “serviço”, transformando os refugiados em moeda de troca. E, mais dia menos dia, vai conseguir os seus objectivos.

## Programa de reformas do Estado

PADRE JOSÉ MAIA [jose.maia@cic.pt](mailto:jose.maia@cic.pt)

Concluído o ciclo das eleições legislativas e presidenciais, aprovado e promulgado o orçamento de Estado para 2016, o país acabou de receber do governo uma proposta de PROGRAMA DE REFORMAS DO ESTADO para debate e posterior aprovação.

À partida, e tendo como pano de fundo uma certa acalmia político-partidária, tarefa para a qual tem contribuído a forma como o atual Presidente da República vem exercendo o seu magistério de influência, será bem-vindo tudo o que puder contribuir para uma nova fase da vida política, social, económica do país. É bom que o Governo informe os portugueses sobre o destino que pensa dar à “pipa de massa” que, através do Portugal 2020, será transferida por Bruxelas para Portugal.

Neste sentido, é bom que haja um escrutínio dos cidadãos ao destino que será dada a estas verbas, na expectativa de que esses dinheiros possam ser para “investimentos” que possam reproduzir riqueza e não para pagamento de “despesas” muitas vezes feitas sem qualquer retorno financeiro, económico e social.

O Governo, ao apresentar o Programa de Reformas, elegeu como prioritários os seguintes objetivos: aposta na “Formação e Qualificação”, “Inovação na Economia”, “Valorização do Território”, “Modernização do Estado”, “Reforço da Coesão Social”, “Capitalização das Empresas”.

Dada a linha editorial deste jornal SOLIDARIEDADE, comentarei apenas a reforma denominada: “reforço da coesão social”, declarando, à partida, que muito tem de ser feito neste domínio, e feito muito depressa, para prevenirmos o risco de ver Portugal transformado, a médio prazo, num asilo de pessoas idosas completamente desamparadas!

Considerando a preocupação que tem existido (e bem) em evitar “inconstitucionalidades” nas várias medidas governativas aprovadas, chamo a atenção para o respeito que deverá merecer ao Governo o ponto 1 do artigo 72º da Constituição da República: “as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou marginalização social”.

Em devido tempo, e por iniciativa do Ministro atual Ministro Vieira da Silva, foi publicado o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, que criou e regulamentou a REDE SOCIAL.

Sem querer alongar-me, cito apenas o ponto 1 do artigo 3º desta REDE, que consigna os seguintes objetivos para esta REDE;

- “promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos”;
- “garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local”.

Aqui fica, por esta via, um primeiro contributo para o debate sobre o PROGRAMA DE REFORMAS DO ESTADO.



Foto: D.R.

# A Constituição de Abril

HENRIQUE RODRIGUES/Presidente do Centro Social de Ermesinde

1 - Já aqui, nestas crónicas, pude lembrar, noutra ocasião, o privilégio que tive em poder assistir a algumas das Sessões da Assembleia Constituinte, que, entre Maio de 1975 e 4 de Abril de 1976, elaborou a nossa Lei Fundamental, desenhando e inscrevendo nela um quadro de direitos, liberdades e garantias e um modo de organização da sociedade e do Estado que ainda hoje assegura, sem grandes perturbações, a nossa vida colectiva.

Faz hoje, dia em que escrevo a crónica, 40 anos exactos sobre a data da sua aprovação – e também data da respectiva promulgação, já que o então Presidente da República, o General Costa Gomes, se deslocou ao Parlamento para promulgar a Constituição da República imediatamente após a sua aprovação pelos deputados constituintes.

O meu sogro foi deputado à Assembleia Constituinte, e levou-me, recém-casado, a assistir das galerias a alguns dos debates do Plenário, onde se sentava o escol político, cultural e cívico do nosso País.

Sentava-se – mas também se levantava; e falava livremente.

Ainda não chegara, nesses limpos dias iniciais, o tempo de os deputados só poderem falar quando o partido deixa, e sempre dentro dos carris.

Nem chegara também o tempo de o Parlamento ser um viático para administrações de bancos ou outras sociedades financeiras, nem a Câmara se encontrava recheada de jovens e eficientes coladores de cartazes, consagrando com um mandato a perícia na condução obscura das organizações juvenis dos principais partidos e nos negócios à sombra do Estado com que aí se iniciam.

Não: quem lá estava era deputado por mérito, pelo valor profissional ou pelo empenhamento cívico anterior, durante a ditadura.

2 – Não se tratava então só de elaborar a Constituição.

As eleições para a Constituinte tinham sido prometidas pelos militares, logo após a Revolução, no prazo de um ano após o 25 de Abril.

Mas, pouco antes de acabar esse prazo, em 11 de Março de 1975, a direcção da Revolução fora tomada por uma deriva populista e anti-democrática, com uma suspeição de fundo quanto à legitimidade da representação electiva própria das democracias liberais dos países civilizados e com a ambição de evitar que essa democracia vingasse em Portugal.

Enfim, o risco era o de ter acabado uma ditadura ... para começar outra de seguida.

Ora, com os resultados verificados nas eleições para a Constituinte, em que os partidos defensores da democracia representativa de modelo ocidental conseguiram um resultado esmagador, com o valor reforçado de a participação dos eleitores ter sido a maior de sempre, passou a coexistir na direcção política do País uma divergência essencial: de um lado, as decisões tomadas nos plenários dos quartéis, que tinham por sua conta e como seu instrumento o Governo do General Vasco Gonçalves; e, do outro e oposto lado, os deputados constituintes, ou a maior parte deles, que podiam reivindicar para si a legitimidade do voto popular maioritário – e que se opunham ao registo insurreccional que pretendia conduzir a Revolução da Liberdade para caminhos mais sombrios.

Os Constituintes decidiram abrir os trabalhos, em cada Sessão Parlamentar, com um período Antes da Ordem do Dia, para, antes do articulado da Lei Fundamental, discutirem e condenarem o que se ia passando no dia-a-dia da vida do País, à margem dos trabalhos propriamente constituintes, criando um verdadeiro polo alternativo ao Governo de então, influenciando e fortalecendo a vontade de resistir da população à instauração de uma nova ditadura.

O papel simbólico da resistência da Assembleia Constituinte perante os desvios da Revolução teve uma importância tão significativa que – como ainda há dias ouvi de um antigo deputado constituinte, reiterando o que muitas vezes ouvi do meu sogro – o Governo esteve vários meses sem pagar a retribuição aos deputados, para os vencer pela fome ou pelo cansaço.

E tolerando, já mais perto do fim dos trabalhos parlamentares, o cerco e sequestro à Assembleia Constituinte, levado a cabo pelas forças hostis ao voto do povo.

3 – Na sua recente intervenção pública, justificando a promulgação do Orçamento de Estado para 2016, o Presidente da República elencou, dentre a motivação para a sua decisão, o facto de, pela primeira vez em vários anos, o Orçamento de Estado não ser suspeito de inconstitucionalidade.

É uma boa mudança – e fez bem o Presidente ao sinalizar que, para si, o respeito das leis pela Constituição é para levar a sério.

Na verdade, nos últimos 5 anos – se não erro nas contas –, quer o último Orçamento



de José Sócrates, quer todos os de Passos Coelho, ou foram declarados, em alguns pontos, inconstitucionais, ou tiveram por parte do Presidente Cavaco Silva, do Provedor de Justiça, ou de grupos de deputados, dúvidas fundadas de inconstitucionalidade, suscitando a intervenção correctiva do Tribunal Constitucional.

As inconstitucionalidades que o Tribunal foi encontrando, ao longo dos últimos anos, nas Leis do Orçamento de Estado centravam-se, no essencial, nos cortes nos salários dos funcionários públicos e nas pensões de aposentados e reformados, impondo o ajustamento aos mais vulneráveis e indefesos e poupando o capital e os seus donos.

(Como disse José Eduardo Martins, no Congresso do PSD, que hoje terminou, a propósito da recente conversão da liderança do Partido, do liberalismo à social-democracia, o que é importante é ser social-democrata quando se está no Governo – na Oposição são só palavras ...)

4 – Ainda recordo com muita nitidez a alegria com que, aos 23 anos, pude acompanhar os trabalhos da Constituinte e participar, à minha escassa medida, na construção de um Portugal democrático, civilizado e decente.

E percebo bem, pelos anos de juventude que vivi ainda antes de Abril, o alvoroço e a vontade criadora de mudança que se sente percorrer os jovens que, em Angola, acabam de ser condenados a pesadas penas de prisão.

Mas Paulo Portas já tinha avisado, no Congresso em que abandonou a liderança do CDS: é preciso respeitinho com Angola.

Quanto a Miguel Relvas, não o vi referido como tendo participado no Congresso do PSD: mas não diria coisa diferente, se estivesse.

Outros o dirão por ele.

Tal como com as inconstitucionalidades dos Orçamentos no que respeita ao ajustamento à custa dos trabalhadores e aposentados, a conexão angolana percorre com igual vigor os Governos de José Sócrates e Pedro Passos Coelho.

Praticamente não houve negócio de vulto, nos últimos anos, sem que o factor angolano estivesse presente – seja na venda do BPN, seja no desmantelamento do BES, seja na Operação Marquês ...

Quando da última crise política, na sequência das eleições legislativas, os comentadores, em substituição do velho conceito do arco da governação, e a propósito da formação da maioria de esquerda que nos governa, descobriram a coexistência de duas maiorias: a maioria formada pelo PS, pelo PCP e pelo BE, para o Governo; e a maioria europeia, constituída pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, para o ajustamento.

Faltava-nos a maioria, atípica, para as relações com Angola, agora formada no Parlamento pelo CDS, pelo PSD e pelo PCP, a propósito da condenação de Luaty Beirão, e outros jovens, por delito de opinião, a pesadas penas de prisão.

Como dantes, por cá, antes de Abril.

(Como o PCP bem conhece)

O amor da liberdade dos constituintes não iluminou seguramente os actuais ocupantes da Casa da Democracia, quando recusaram a sua solidariedade aos jovens angolanos injustamente condenados, apenas por quererem para si um país livre.



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE CRESPOS, BRAGA

# Sobriedade no apoio à família

“As pessoas quando querem fazem”, afirma o padre Luís Pereira, presidente do Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Crespos, quando se refere ao que é hoje a instituição do concelho de Braga, dizendo ainda: “Isto até é um exemplo para o País. Nós se quisermos mudar, mudamos, por vezes o que falta são líderes. Aqui, as pessoas acreditaram em mim e aderiram. Quando as pessoas veem que estamos empenhados, a trabalhar voluntariamente e que não há outros interesses, a população empenha-se e isto serve para o País. Precisamos de líderes e de pessoas que ajudem a solidificar e a dar corpo às coisas, porque as pessoas nem sempre sabem como fazer”.

O pároco refere-se aos cerca de 400 mil euros angariados na comunidade para a construção do edifício-sede da instituição, mas recorda: “Quando cheguei à paróquia há 10 anos apanhei a batata quente, que era ou fazia um Centro que cumprisse as normas ou o que existia fechava”.

Nascido em 1996, o Centro Social arrancou com uma parceria com a Junta de Freguesia e pela área da infância, mais concretamente um ATL, que funcionava nas instalações da autarquia. Cinco anos volvidos, a instituição abraça o apoio domiciliário aos mais velhos, entrando assim na área sénior. No entanto, passado algum tempo foi decidido separar as respostas sociais e o Centro Social ficou apenas com o SAD, separando-se, inclusive, fisicamente, passando para umas instalações provisórias cedidas pela paróquia.

Após alguns anos de funcionamento nestas instalações, em 2007, a instituição lança o projeto de construção de um equipamento que albergasse não só o SAD, mas também um Centro de Dia e uma creche, “que era o que faltava na altura para responder às necessidades das populações”, refere o padre Luís Pereira sobre o equipamento inaugurado em 2011 e que teve um custo de 830 mil euros.

Apesar de generosa e solidária, as populações de Crespos e das freguesias vizinhas têm passado dificuldades.

“A população vai-se mantendo, mas esta crise levou a uma certa desertificação por via da emigração. Houve muita gente que emigrou”, sustenta o pároco, que demonstra como isso se tem refletido na comunidade: “Temos alguns casos em que os idosos ficaram sem retaguarda familiar. Houve uma emigração até de ex-emigrantes que já tinham regressado e que até tinham criado empresas, e que tiveram que regressar a França. Depois, há também um conjunto de jovens que, por falta de oportunidades ou de melhores expectativas lá fora, também emigraram, especialmente, para a França e a Suíça”.

A juntar a isto, “os idosos são pessoas que tiveram vidas muito difíceis, que trabalharam muito, que fruto da dureza da vida têm determinadas patologias e, por vezes, não têm muita

retaguarda familiar e têm baixos rendimentos”, acrescenta o padre Luís Pereira, explicando que a instituição tem a realidade em conta na sua relação com os utentes: “Desde o início que procuramos juntar um serviço de qualidade, o que conseguimos e os utentes reconhecem-no, e, sobretudo na parte dos idosos, prestar o serviço a um custo bastante mais baixo do que o das tabelas da Segurança Social. O que fazemos é que umas valências compensem as outras”.

Enfatizando a importância da “gestão muito rigorosa” praticada no Centro Social, “sobretudo da contratualização de serviços”, o presidente da instituição destaca o “esforço colossal para, até recorrendo a particulares, a instituição não ter um empréstimo bancário para a construção do edifício”.

Os cerca de 830 mil euros investidos no novo equipamento foram pagos em cerca de 60% pelos programas a que a instituição se candidatou e os restantes 40% pelo próprio Centro Social.

“Cerca 400 mil euros foram investimento da comunidade local em donativos. A população considera isto como dela e, no fundo, é”, revela, lembrando que “o problema de muitas instituições são os grandes empréstimos que têm à banca”, situação que a instituição não vive, o que “dá alguma folga financeira para fazer algumas atividades mais na instituição ou, por exemplo, ter um psicólogo a tempo inteiro”.

Contudo, o padre Luís Pereira indica a descapitalização das pessoas como o grande problema, pois “mesmo que queiram dar não podem”, porque “o desejo era fazer um lar, mas de momento o Centro não tem capacidade financeira para o fazer e a comunidade local, por muito que quisesse, não consegue”.

Atualmente, o Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Crespos acolhe 36 crianças em creche, 20 idosos em Centro de Dia e apoia outros tantos no domicílio, com uma equipa de 19 funcionários.

“Um lar complementava”, atira o pároco, explicando: “Há aqui alguns lares, não é um equipamento cuja necessidade seja premente, porque há oferta aqui à volta. Agora as pessoas também procuram um ambiente de lar que não seja o da cidade, que tenha espaço ao ar livre, como o nosso tem, até temos um parque geriátrico”.

A localização do Centro, a pouco mais de 10 quilómetros de Braga, é, juntamente com o serviço prestado, uma grande mais-valia e exemplifica: “Temos aqui dois idosos que são de Arcos de Valdevez e que moram num apartamento em Braga, foram mesmo dos primeiros a vir para o nosso Centro de Dia, e gostam de vir para aqui porque lhes lembra a terra deles”.

O padre Luís Pereira lamenta o estereótipo em torno da ideia de que o que é na cidade é melhor, “porque tem os serviços e tem tudo à mão”, e tem uma opinião muito clara: “Costumo



dizer que estamos perto da cidade e longe da cidade. Tenho tudo o que a cidade me pode oferecer aqui à mão, e com uma boa rede de transportes públicos, e tenho tudo o que de

bom o campo me pode oferecer. Por isso é que é um privilégio viver aqui, conseguimos juntar o bom dos dois mundos”.

No entanto, as pessoas ainda valorizam



muito o estarem em suas casas e muitas vezes a adesão aos serviços oferecidos pela instituição é complicada.

E aqui, o padre Luís Pereira encontra outros responsáveis.

“A Segurança Social, até pelo valor da comparticipação que pratica, faz da resposta de Centro de Dia uma coisa menor. Eu não lhe chamo Centro de Dia, o que nós temos é um Lar de Dia. O idoso toma o pequeno-almoço, come a meio da manhã, almoça, lancha e leva a sopa para casa. Além disso, não temos os idosos numa sala sentados a ver televisão, temos um fisioterapeuta, uma animadora, uma psicóloga, fazem aqui a higiene, temos médico, a farmácia e, muito importante,

intervenção psicológica, por causa das demências, da depressão e da tristeza. E há atividades inscritas num plano integrado. O que vemos é que o que custa é trazer o idoso a primeira vez, porque depois já não querem sair”, explica o pároco.

E se este é o presente do Centro Social, o futuro, pelo menos na vontade do padre Luís Pereira, passa muito pelo Centro Intergeracional *Sobrietias* (Sobriedade).

“É um projeto que ainda está a desenvolver-se, aproveitando uma parte da casa paroquial que estava vazia e onde fizemos uma obra com um âmbito mais rústico, no sentido de complementar o Centro de Dia. Uma obra destinada a todas as gerações, às crianças,

aos jovens e aos idosos, não apenas para atividades paroquiais mas também com o fim sociocultural. Procurar fazer dali um centro de convívio e um centro cultural de modo até a dinamizar outras atividades culturais com a população”, revela, acrescentando sobre a motivação: “Neste momento a nossa dificuldade é ser o Centro Social que ajuda a promover essas atividades, mas o que gostávamos era poder ter um financiamento de modo a desenvolver o projeto. Neste momento o *Sobrietias* carece de fundos para avançar, pois é necessário uma equipa para dinamizar a parte sociocultural da comunidade. Temos ideias mas falta-nos capacidade financeira”.

A solução poderá estar nos fundos comunitários, estando os responsáveis pela instituição a pensar fazer uma candidatura ao Portugal 2020, e assim concretizar o projeto, primeiro equipar o espaço com algum equipamento ainda em falta e, depois, implementar atividades, que podem também ser de “acompanhamento psicológico das crianças, acompanhamento do estudo, formação musical e outras”.

Cidália Cunha, diretora-técnica do Centro, aponta o “apoio às famílias” como uma necessidade premente, lembrando mesmo que um SAD noturno seria uma solução muito positiva para quem não tem retaguarda, sublinhando que “é fundamental trabalhar a questão das mentalidades”.

Para a técnica, “o problema é cuidar de quem cuida, porque as pessoas estão exaustas e depois não estão para isto”, o que depois se reflete numa realidade dura: “A maior parte

das pessoas daqui estão zangadas com os pais. As famílias pedem ajuda para saber como lidar com os idosos em fim de linha, não indo para um lar. Há muita intervenção que pode ser feita, mais apoio noturno, articular os recursos locais para as pessoas ajudarem as famílias à noite, sem andarem estas senhoras a ganhar aos mil euros. As pessoas podiam-se juntar, faz falta articular melhor os recursos existentes. Deitar um idoso pode ser motivo de zanga entre os filhos e por vezes somos nós que deitamos o idoso às cinco da tarde! Falta um gabinete que articule os recursos das diversas freguesias, mas isso cabe à Segurança Social e às Juntas”.

E como seria Crespos sem o Centro Social?

“As pessoas estão habituadas a sobreviver. São pessoas simples e humildes que vivem do seu trabalho, mas o Centro deu outra visibilidade à paróquia e à freguesia, ajudou a fixar as crianças e a que a escola não fechasse e se afunilasse tudo em Braga”, responde o padre Luís Pereira, acrescentando: “Penso que tem ajudado bastante a população de Crespos. É uma espécie de segurança para as pessoas. Para além de aumentar a qualidade de vida, proporciona que as pessoas se fixem, porque as pessoas sabem que têm aqui uma creche para os filhos e um Centro de Dia para os idosos. O Centro Social dá consistência à comunidade, porque as pessoas sabem que um dia se precisarem há alguém que lhes vale”.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
 TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



DEFICIÊNCIA

# Portugal avaliado pelo Comité das Nações Unidas

A criação de balcões de atendimento especializados em questões de deficiência, contratação de intérpretes de língua gestual no Serviço Nacional de Saúde ou medidas fiscais mais vantajosas são algumas das propostas que o Governo quer implementar nos próximos anos.

As medidas surgem na sequência da primeira avaliação de Portugal pelo Comité das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência à implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Portugal está sob avaliação e esta é a primeira vez, desde a ratificação da convenção em 2009, que Portugal é submetido a este processo de monitorização.

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, que chefiou a delegação portuguesa, anunciou que "Portugal está fortemente empenhado em garantir a mais elevada proteção de todos os direitos humanos".

Nesse sentido, sublinhou que é intenção

do Governo lançar para os próximos anos uma série de medidas, sendo uma dessas medidas os Balcões da Inclusão, ou seja, postos de atendimento especializados em questões da deficiência que estarão disponíveis em todos os serviços da Segurança Social.

Por outro lado, pretende contratar intérpretes da língua gestual para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), bem como criar medidas fiscais mais vantajosas para as pessoas com deficiência, além do lançamento do sistema de apoio à vida independente.

De acordo com a secretária de Estado outra das prioridades "para os próximos meses" é a regulamentação do Código do Trabalho, com vista a uma promoção da justiça no trabalho para as pessoas com deficiência.

Ana Sofia Antunes frisou que a inclusão de quotas para pessoas com deficiência na administração pública está regulamentada por lei desde 2001, faltando, no entanto, que seja uma realidade.

Defendeu, nesta matéria, que a

administração pública seja um exemplo para que o regime de quotas possa ser alargado ao setor privado.

De acordo com a governante, a proteção das pessoas com deficiência é uma preocupação central do sistema de segurança social, frisando que existem várias prestações pecuniárias com vista a proteger crianças, jovens e adultos com deficiência, quer de caráter contributivo, quer não contributivo, que são complementadas por uma rede de estabelecimentos e serviços com respostas sociais dirigidas especificamente a estas pessoas.

Ana Sofia Antunes reafirmou que é intenção do Governo lançar várias medidas "verdadeiramente promotoras de inclusão", mas que para esse objetivo ser concretizado é preciso conhecer a realidade das pessoas

com deficiência, saber onde estão e "o que é necessário para melhorar a sua situação".

Revelou que o Governo está a preparar um Livro Branco que faça um retrato da situação atual e do qual irá resultar a Agenda Nacional para as Pessoas com Deficiência, medida a implementar durante a atual legislatura.

Apesar das várias medidas anunciadas, a secretária de Estado admitiu que é necessário melhorar o regime de proteção, adiantando que este está em fase de revisão e tem três objetivos essenciais: melhorar a proteção social, retirar as pessoas com deficiência da situação de pobreza e promover a empregabilidade.



Fotos: D.R.



**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

DEMONSTRAÇÕES Sem compromisso **GRÁTIS**

software ipss

# economia social

**40 aplicações**

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT ( AT )
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ ACSS ]
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA [ Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores ]
- QUALIDADE - Processos Chave Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

**SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS**

deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si

junto das

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA**

**ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS**



**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Novo conceito via internet



**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita



**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

[www.tsr.pt](http://www.tsr.pt) - tsr@tsr.pt

tlm. [+351] 939 729 729

tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)

fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11 - Apartado 1071 EC  
Lameiras - 4836-908  
Guimarães

# Presidente promulga Orçamento de Estado

O Orçamento do Estado para 2016 foi publicado em Diário da República, no final de março, depois de promulgado pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, entrando imediatamente em vigor. O Orçamento do Estado para 2016 foi aprovado como Lei n.º 7-A/2016.

Aquando da promulgação do documento, Marcelo Rebelo de Sousa declarou não ter dúvidas de constitucionalidade, considerando que se trata de “uma solução de compromisso” entre Governo e instituições europeias. “A solução a que se chega é uma solução de compromisso. É no quadro dessa solução de compromisso que eu tomei a decisão de promulgar e promulguei hoje, há pouco, o Orçamento”, declarou Marcelo Rebelo de Sousa, numa comunicação ao país a partir do Palácio de Belém, em Lisboa.

O OE2016 foi aprovado na Assembleia da República pela maioria de esquerda (PS, Bloco de Esquerda, PCP e Os Verdes) em votação final global no passado dia 16 de março.

O orçamento passou por diferentes fases em cerca de dois meses: teve um esboço, incorporou 1.000 milhões em medidas de austeridade para ter luz verde de Bruxelas, teve uma errata e uma revisão e, depois de aprovado na generalidade na Assembleia da República, incluiu ainda mais de 135 propostas de alteração de todas as bancadas parlamentares, à exceção da do PSD. A proposta de OE2016 prevê um crescimento económico de 1,8% e um défice de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Depois de, em 2015, o anterior Governo PSD/CDS-PP ter reposto 20% dos cortes salariais aplicados desde 2011 aos vencimentos dos funcionários públicos que auferissem mais de 1.500 euros brutos por mês, o executivo de António Costa vai reverter faseadamente estes cortes ao longo deste ano.

A lei, que já está em vigor desde 01 de janeiro, prevê a devolução progressiva das remunerações dos funcionários públicos, sendo que esta reversão será de 40% nas remunerações pagas a partir de 01 de janeiro, de 60% nas auferidas a partir de 01 de abril, de 80% nas pagas a partir de 01 de julho, e extinguindo-se totalmente nos salários pagos a partir de 01 de outubro.

Outra das medidas com impacto na administração pública, e no seguimento de uma proposta de alteração do PS, é a eliminação da obrigatoriedade do regime de pagamento do subsídio de Natal em duodécimos no setor público. O Ministério das Finanças já esclareceu que a opção por pagamento do 13.º mês por inteiro apenas se aplica aos trabalhadores das empresas públicas que permitam essa opção, quer seja por contrato de trabalho ou regulamentação coletiva.

As empresas do Setor Empresarial do Estado continuam impedidas de contratar trabalhadores em 2016 e devem prosseguir o ajustamento dos seus quadros de pessoal.

## IRS

A sobretaxa sobre o Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS) foi eliminada na totalidade para os contribuintes com rendimento coletável até 7.070 euros, mantendo-se de forma progressiva para os outros escalões.

O Governo vai eliminar o quociente familiar em sede de IRS e vai aumentar as deduções fixas por filho e por ascendente a cargo, já previstas no código do imposto.

O executivo mexeu também nas deduções fixas, aumentando os valores que vigoraram em 2015. Assim, o Governo atribui agora uma dedução fixa de 600 euros por cada dependente e de 525 euros por cada ascendente que viva juntamente com o agregado familiar e cujos rendimentos não excedam a pensão mínima do regime geral.

Por proposta do PAN, será possível deduzir parte do IVA das despesas veterinárias em sede de IRS. Tal como já previsto para as despesas com alojamento, restauração, reparação automóvel e cabeleireiros, os consumidores que tenham despesas com cuidados veterinários e que peçam fatura com o número de identificação fiscal podem, em 2016, deduzir 15% do IVA suportado com estas despesas até um limite total de 250 euros.

## IRC

A taxa do IRC vai continuar nos 21% em 2016, interrompendo assim a trajetória descendente em vigor desde 2014. O prazo para as empresas reportarem prejuízos fiscais mantém-se nos 12 anos para pequenas e médias empresas (no seguimento de uma proposta de alteração do PS) e desce para cinco anos para as restantes empresas.

## IVA

Os vinhos, refrigerantes e água com gás mantêm-se com IVA a 23%, a restauração volta aos 13%. O IVA nas “refeições prontas a consumir, nos regimes pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio” desce para 13%, tal como a “prestação de serviços de alimentação e bebidas, com exclusão das bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás carbónico ou outras substâncias”.

As bebidas vegetais de arroz, aveia e amêndoa, normalmente usadas como alternativa ao leite, vão pagar IVA à taxa reduzida de 6%. Até agora, este tipo de bebidas estava sujeita à taxa máxima de IVA de 23%, enquanto o leite pagava a taxa mínima do imposto sobre o consumo (6%). Entram também na lista de bens e serviços sujeitos à taxa reduzida do IVA as algas vivas, frescas ou secas, as prestações de serviços normalmente utilizados nas atividades de produção aquícola, entre outros.

O PS fez aprovar ainda uma proposta de alteração que clarifica que nos menus de restaurante os bens são tributados a 23% ou a 13% de IVA conforme sejam refrigerantes ou refeição respetivamente ou, no caso de não se fazer a

divisão de tributação, ambos devem ser tributados à taxa máxima.

Por proposta do PAN, foram ainda aprovadas reduções do IVA para 6% nos copos menstruais e nas bebidas compostas de cereais, amêndoa, caju e avelã sem teor alcoólico e também produtos como seitan, tofu, tempeh e soja texturizada.

## ISP AUMENTA 6 CÊNTIMOS E ISV 3%

O Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) aumentou seis cêntimos por litro na gasolina sem chumbo e no gasóleo rodoviário e o Imposto sobre Veículos (ISV) vai subir 3% na componente cilindrada e entre 10% e 20% na componente ambiental.

## IMI

Os prédios urbanos comerciais e de serviços vão sofrer um aumento de 2,25% no valor de IMI em 2017. Em relação aos prédios urbanos comerciais, industriais ou para serviços, o Governo pretende fazer uma correção monetária extraordinária do valor patrimonial tributário, em que serão “atualizados extraordinariamente, a 31 de dezembro de 2016, com base no fator 1,0225” sobre o IMI, o que corresponde a um aumento de 2,25%.

Devido a propostas aprovadas durante a especialidade, a taxa máxima do IMI foi reduzida de 0,5% para 0,45% (proposta do PCP), a isenção mantém-se nas famílias de baixos rendimentos, mesmo quando o agregado familiar apresente dívidas ao Estado (proposta do PEV) e é criada uma cláusula de salvaguarda para pessoas com mais de 65 anos (do BE).

Além disso, também por proposta do BE, os municípios vão poder fixar uma redução (num valor absoluto) da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar. Assim, os agregados com um filho têm uma dedução fixa de 20 euros, com dois filhos de 40 euros e com três ou mais filhos de 70 euros.

Os fundos de investimento imobiliário deixam de estar isentos em sede de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT).

## CONTRIBUIÇÃO DA BANCA

Os bancos vão pagar mais de contribuição sobre o setor este ano, devido ao agravamento da taxa sobre a qual é calculado o valor a pagar, que passa ainda a incidir sobre os bancos estrangeiros com sucursais em Portugal. O Governo fixa em 0,110% a taxa aplicável ao passivo dos bancos, mantendo-se a taxa mínima em 0,01%, quando no ano passado a incidência ia no máximo a 0,085%. A subida do imposto cobrado à banca deverá render, segundo o Governo, mais 50 milhões de euros em receitas adicionais.

## IMPOSTO DE SELO

O Governo vai passar a aplicar imposto de selo à taxa de 4% às operações de pagamento de bens com cartões, pelo que esse valor passará a ser cobrado pelos bancos aos comerciantes.

O Imposto de Selo será aumentado em 50% sobre o crédito ao consumo até 2018, com o executivo a procurar fomentar o aforro e desincentivar o endividamento com vista ao consumo.

## PRESTAÇÕES SOCIAIS

O Governo vai reforçar os rendimentos das famílias mais carenciadas com cerca de 135 milhões de euros, através do reforço dos apoios sociais e da reposição dos mínimos sociais nas prestações familiares.

A majoração do abono de família em 0,5 pontos percentuais para crianças e jovens no segundo e no terceiro escalões e de 3% nas pessoas com deficiência, o aumento do limiar de referência do Complemento Solidário para Idosos para 5.059 euros e o acesso automático à tarifa social de energia são medidas introduzidas por proposta do BE, tal como a revisão automática do Rendimento Social de Inserção.

Por proposta do PCP, será criada uma prestação extraordinária de apoio a desempregados que já não recebam subsídio social de desemprego, por um período de 180 dias, através da concessão mensal de um valor igual a 80% do montante do último subsídio social de desemprego pago.

## TAXA DO AUDIOVISUAL

Por proposta do BE, as famílias com menos rendimentos vão pagar menos pela contribuição para o audiovisual (CAV) em 2016, passando a pagar um euro por mês, e as restantes famílias passarão a pagar mais 20 cêntimos, para os 2,85 euros mensais, no sentido de uma proposta do BE aprovada na especialidade.

## EDUCAÇÃO

Por proposta do PCP, os manuais escolares do primeiro ano do primeiro ciclo do ensino básico serão grátis para todas as crianças e as propinas para o Ensino Superior serão congeladas, a partir do próximo ano letivo.

## TRANSPORTES PÚBLICOS

Os trabalhadores das empresas de transportes públicos e das gestoras de infraestruturas vão voltar a ter viagens de graça, um direito que em 2013 tinha sido restringido às deslocações de e para o trabalho pelo Governo de Passos Coelho.

## TAXAS MODERADORAS

O valor das taxas moderadoras vai baixar 25% em 2016, voltando os dadores de sangue, células, tecidos e órgãos, bem como os bombeiros, a ficar isentos deste pagamento nos cuidados de saúde primários e hospitalares. Ficam isentos de pagar taxas moderadoras os utentes atendidos em serviço de urgência, desde que referenciados “pela rede de prestação de cuidados de saúde primários, pelo Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e pelo INEM para um serviço de urgência, incluindo os atos complementares prescritos”.

# Porque está o petróleo tão barato?

JOSÉ FIGUEIREDO/Economista

Muita gente ainda está atordoada com a descida dos preços do petróleo. Como é possível que a mesmíssima mercadoria se venda hoje a preços cerca de 70% mais baixos dos que vigoravam há ano e meio?

Na verdade este swing dos preços não tem nada de extraordinário por padrões históricos. E também não é incompreensível por simples dedução lógica.

A indústria do petróleo está, como todas (ou quase todas) as indústrias de investimento pesado e de maturação lenta, sujeita a ciclos de sobre e subinvestimento. Quando os preços estão catitas as empresas colocam bilhões de dólares (aqui a escala é mesmo bilhões) em investimento de prospecção e exploração. Quando todo esse investimento entra em exploração há sobrecapacidade e os preços ajustam em baixo. Depois, no ciclo baixo, os investimentos são reduzidos ou mesmo suspensos, a capacidade diminui, a oferta fica escassa e os preços começam de novo a subir. Nada de especial. Tanto quanto nos diz a experiência histórica os ciclos do petróleo podem durar um par de décadas.

A Goldman Sachs fez um gráfico muito interessante que comprara o actual ciclo de preços com o ciclo equivalente anterior que corresponde ao período 1976-1989. O ciclo actual é a linha a cheio e os preços vêm-se na escala da esquerda, o ciclo 76/89 é a linha a tracejado e os preços vêm-se na escala da direita. Os preços, para serem efectivamente comparáveis, estão expressos nos dois ciclos em dólares de 2015.



## É DIFÍCIL NÃO REPARAR NA QUASE COINCIDÊNCIA.

No ciclo anterior o pico dos preços foi atingido em 1979 (revolução iraniana) e mantiveram-se elevados por um par de anos que correspondeu a um ciclo de fortes investimentos. Depois, quando toda essa capacidade entrou em exploração, os preços conheceram um longo período de baixa que culminou em meados da década de 90. Quando a oferta, depimida pelo subinvestimento começou, de novo, a ficar curta os preços voltaram a subir dando origem ao ciclo actual.



Quando fazemos coincidir os dois picos de preços (1979 e 2008) verificamos uma enorme semelhança na evolução dos preços. Curiosamente, até a decisão da OPEP de se resignar com preços mais baixos e começar a lutar por quota de mercado, parece acontecer na mesma fase do ciclo.

Claro que isto não é a história toda porque, neste ciclo, os preços subiram de tal modo que se tornou viável a exploração dos depósitos betuminosos em areias (sobretudo no Canadá) ou em xisto (sobretudo nos Estados Unidos).

A equação da oferta e da procura, que já seria alterada pelo simples e normalíssimo ciclo do investimento, foi aqui amplificada pelas alterações ao nível da tecnologia a qual, obviamente, também não ignora a dinâmica dos preços.

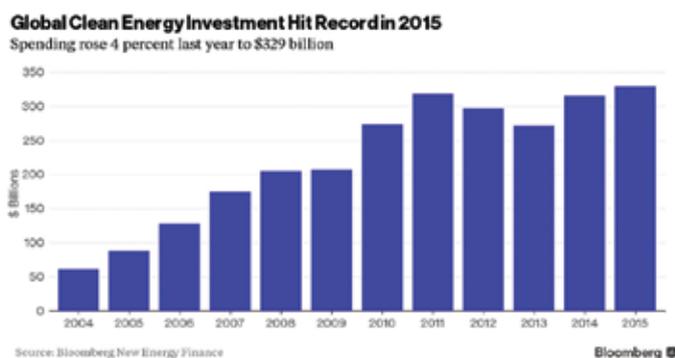
Mas será que este ciclo é mesmo idêntico ao anterior?

Eu creio que não. Acredito mesmo que podemos estar a assistir ao início do fim da era do petróleo. Lembro que um conhecido sheik Saudita disse um dia que a idade da pedra acabou com muitas pedras por explorar. Eu acredito que também a era do petróleo vai acabar com muito petróleo debaixo do solo por aproveitar.

A razão da minha crença é que nós, os seres humanos, não somos tão estúpidos como por vezes nos pintamos – aqui e ali somos capazes de coisas grandes e, por outro lado, quando salvar o mundo se junta com a possibilidade de os mais criativos e mais risk takers ganharem uns cobres, as coisas até avançam.

Refiro-me aos progressos tecnológicos na área das energias renováveis e á capacidade de começar a fazer dinheiro a sério com as energias “limpas”.

Um primeiro indicador curioso é a forma como evoluiu o investimento em renováveis agora que os preços das matérias-primas energéticas (petróleo, carvão e gás natural) baixaram significativamente. Seria de esperar que os investidores tivessem reduzido os investimentos em energias renováveis.



Claro que a China, também aqui, tem um papel fundamental

Pouco menos de metade do investimento em renováveis é feito na China.

Não se pense que os investidores mundiais ficaram de repente uns tipos generosos que investem dinheiro para salvar o mundo. Nada disso – limitam-se a acompanhar as tendências.

China Dominated Renewable Energy Investment in 2015



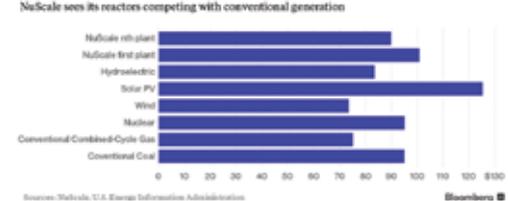
O que se passa é que as tecnologias renováveis começam a ser cost-competitive mesmo na ausência de subsídios. O quadro acima tem origem na EIA a Agência Internacional da Energia.

LCOE (Levelized Cost of Electricity) é a melhor medida do custo de produção porque considera todos os custos de investimento e produção bem como a produção em todo o período de operação esperada.

O que podemos ver é que a produção eólica on-shore está já praticamente a par do custo da produção com base no gás natural.

Por outro lado o custo de produção do solar fotovoltaico está cair a um ritmo tal que, em breve, será a fonte de energia mais efectiva em termos de custo de produção.

Levelized Cost of Energy



Para se ter uma ideia do progresso nesta área devemos ter em conta que nos 25 anos que vão de 1980 a 2005 o custo dos painéis solares por watt de capacidade baixou de 9,70 USD para 3,03 USD, ou seja, uma quebra de cerca de 70%. Entre 2005 e 2015, apenas dez anos, o custo baixou 75% estando hoje em 0,75 USD por watt. E os custos vão continuar a descer. A Swanson Law diz-nos que de cada vez que a produção de painéis dobra o custo desce 20%.

Mas não é só preço dos painéis que está a empurrar o custo por KW produzido para baixo. É Também a eficiência dos painéis. Em 2011 a eficiência média dos painéis andava pelos 11,7%, ou seja, da energia solar chegada ao painel 11,7% era convertida em electricidade. Valores próximos dos 20% estão anunciados para muito breve e não vai ficar por aí

Claro que estamos aqui a considerar apenas os custos de produção. Em bom rigor deveríamos também considerar os custos de distribuição, os custos com os sistemas de back-up, etc.

De qualquer das formas os progressos que estão a ser feitos nos sistemas de armazenamento, nomeadamente na área das baterias, são tão rápidos que, em breve, as energias renováveis não serão apenas necessárias para salvar o planeta – serão também as mais económicas.

Claro que aqui estamos a falar de energias renováveis para produção de electricidade sendo que, hoje em dia, o petróleo e seus derivados não são usados intensivamente para produção de energia eléctrica. O petróleo praticamente só é aplicado nos transportes públicos e privados. Em teoria o petróleo poderia ter uma vida totalmente autónoma da evolução dos custos de produção de energia eléctrica.

Na verdade não é assim por variadíssimas razões. Uma dessas razões é o progresso que também está a ser feito e a velocidade muito forte nos veículos movidos a electricidade e, nomeadamente, na área das baterias. Os problemas de custo e de duração da carga das baterias estão a ser resolvidos rapidamente pelo que, em menos de uma geração, a mobilidade eléctrica pode ser uma realidade massiva.

A redução forte dos custos de produção das energias renováveis (sobretudo do solar fotovoltaico), associado ao progresso das baterias vai produzir dois efeitos revolucionários:

1. A produção de energia eléctrica vai ser descentralizada, isto, é produção e consumo vão aproximar-se e, no limite, coincidir.

Não estamos longe das casas auto-suficientes em termos de energia, isto é, casas que produzem e armazenam toda a energia de que necessitam. São apenas necessários mais uns quantos passos no âmbito da melhoria na eficiência das baterias para que esse tipo de casas se torne comum. Num futuro não muito distante acharemos muito estranhas as gigantescas centrais de produção eléctrica que actualmente dominam o sistema electroprodutor, bem como as actuais redes de distribuição. Não é ficção científica – espero viver o bastante para ver isto!

2. A mobilidade eléctrica vai reduzir massivamente a necessidade de queimar petróleo e a respectiva procura.

Os especialistas da OPEC (o cartel dos países produtores) dizem que em 2040 apenas 1% dos automóveis vendidos serão eléctricos. Se fosse assim o impacto da mobilidade eléctrica no consumo global de petróleo seria quase irrelevante. Mas quero crer que os técnicos da OPEC podem estar muito enganados.

Um recente estudo da Bloomberg diz que em 2040 cerca de 35% dos automóveis vendidos a nível global serão eléctricos.

No ano de 2015, apesar dos preços baixos dos combustíveis fósseis, a venda dos automóveis eléctricos aumentou 60%. Em breve estarão no mercado modelos de automóveis eléctricos capazes de começar a competir em preço e comodidade com os automóveis convencionais – o progresso nesta matéria pode ser muito rápido.

A Bloomberg calcula que em 2023 a mobilidade eléctrica pode retirar ao consumo mundial de petróleo qualquer coisa como 2 milhões de barris por dia. Isso pode significar que a procura mundial nunca atinja o número mágico dos 100 milhões/dia.

Os preços do petróleo vão recuperar a partir de 2017 ou mesmo já no segundo semestre de 2016. Que voltem a atingir os valores de antes da crise é que está longe de ser garantido.

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280  
SUL: 210 420 000 / 916 185 205  
[www.sogenave.pt](http://www.sogenave.pt)





**Good** things...

## Ficha Técnica

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

**Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

**Paginação:** Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

**Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Mais de 26 mil vítimas em 2015

Mais de 26.700 pessoas foram vítimas de violência doméstica, em 2015, menos 498 do que em 2014, com o distrito de Lisboa a liderar, com quase seis mil casos, revela o Relatório Anual de Segurança Interna.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), entregue na Assembleia da República, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) registaram 26.783 ocorrências referentes a casos de violência doméstica, em 2015.

Comparando com as ocorrências registadas em 2014, regista-se um decréscimo de 1,82%, já que nesse ano houve 27.281 vítimas de violência doméstica.

Segundo os dados do RASI, é no distrito de Lisboa que se registaram mais ocorrências (5.907), logo seguido dos distritos do Porto (4.782), Setúbal (2.285), Aveiro (1.766) e Braga (1.729), sendo que estes cinco representam 61% do total de ocorrências.

Só no caso de Lisboa, por exemplo, as 5.907 ocorrências significam que se registaram 2,64 casos, por cada mil habitantes.

Em termos globais, a taxa de incidência revela cerca de três (2,58) participações por cada mil pessoas.

No entanto, olhando distrito a distrito, é Portalegre que regista a maior subida entre 2014 e 2015, passando de 250 casos, no ano anterior, para 313, no ano passado, o que representa um crescimento de 25,2%.

Já no sentido inverso, está a Região Autónoma dos Açores, que sentiu o maior decréscimo, de 10,8%, já que, em 2015, registou 963 casos, depois de, em 2014, terem sido 1.079.

“Observando o número de participações por mês, e comparando com o registado em 2014, constata-se, em termos globais, descida no número de ocorrências em todos os meses, com exceção de maio e junho”, lê-se no relatório.

O documento acrescenta que “as descidas

foram de 2,6%, no primeiro semestre, e de 6%, no segundo semestre, pelo que a taxa de variação anual situa-se nos -4,3%”.

No que diz respeito à caracterização das vítimas e dos agressores, os dados do RASI mostram que, em 86,9% dos casos, as vítimas são mulheres, enquanto 84,6% dos agressores são homens.

Ainda assim, é de registar que, tendo por base estas percentagens, houve 3.508 mulheres agressoras e 4.124 homens vítimas de violência doméstica.

A caracterização revela ainda que, em 67% dos casos, as vítimas têm entre 25 e 54 anos, enquanto 74% dos agressores tem uma idade que oscila entre os 25 e os 54 anos.

Em 57% dos casos, vítima e agressor têm uma relação conjugal, havendo 10% de ocorrências em que vítima e agressor têm uma relação de parentesco de pai/filho.

De acordo com os dados apurados, entre as vítimas femininas, com menos de 18 anos,

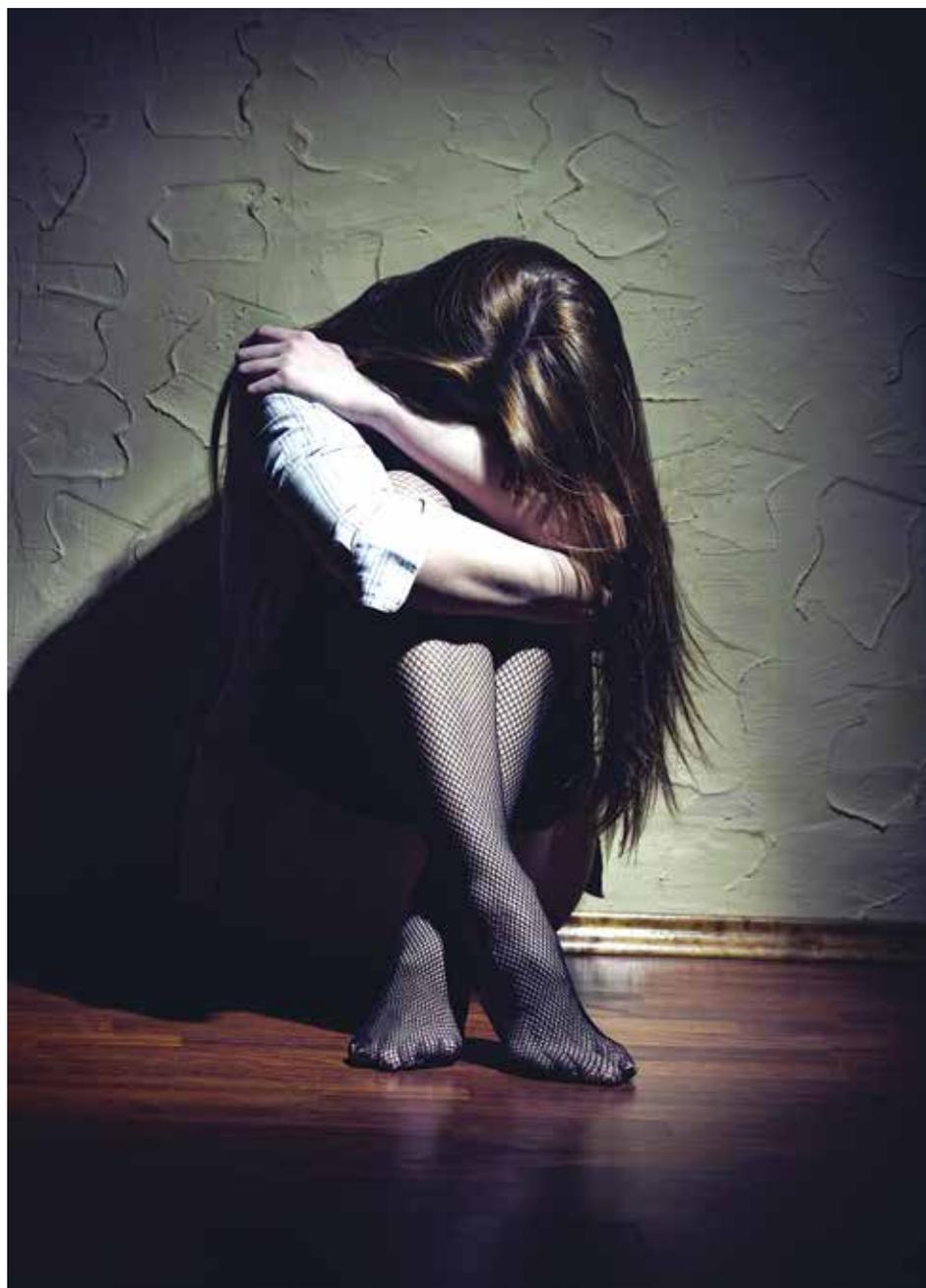
prevalecem as situações de violência contra descendentes, enquanto, entre os 18 e os 24 anos, são sobretudo registados casos de violência no namoro.

Nas que têm entre 25 e 64 anos, há uma predominância de violência nas relações íntimas e, entre os 65 e os 74 anos, continua a ser de casos de âmbito conjugal.

No que diz respeito ao número de detenções, o RASI dá conta de que esse valor tem vindo a aumentar anualmente (exceto em 2012, quando houve 417 detenções), com 618 detidos, em 2014, e 750, em 2015, o valor mais elevado até agora.

A PSP e a GNR fizeram 28.866 avaliações de risco, tendo definido que, em 23,8% dos casos, as situações apresentavam risco elevado, 49,3% tinha risco médio e, 26,9%, risco baixo.

O RASI 2015, entregue no parlamento, indica que criminalidade geral aumentou 1,3 por cento no ano passado, face a 2014, mas a criminalidade violenta e grave diminuiu 0,6 por cento.



Ótima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL